

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

ORIGENS DE UMA INDUSTRIALIZAÇÃO FRUSTRADA

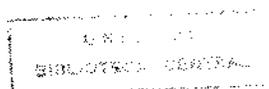
O *DESARROLLISMO* NA ARGENTINA

(1958-1962)

Osvaldo Rubén Preiss

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação
do Prof. Dr. Mariano Francisco Laplane.

Campinas, outubro de 1995



*Este exemplar
corresponde ao original
da tese defendida por
Osvaldo Rubén Preiss em
maio de 1962 e autuada pelo
CPF 124.311/0195
Mariano Francisco Laplane.*

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	PISSA
V.	Ex.
TEMPO BC/	26221
PROG.	433/95
	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> X
PREÇO R\$	11,00
DATA	02/12/95
N.º CPU	

CM-00081048-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CEDOC/IE DA UNICAMP

Preiss, Osvaldo Rubén
P914o Origens de uma industrialização frustrada: o desarrollismo
na Argentina / Osvaldo Rubén Preiss. - Campinas, SP : [s.n.], 1995.

Orientador : Mariano Francisco Laplane.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Argentina - Industrias - História. 2. *Desenvolvimentismo -
Argentina. I. Laplane, Mariano Francisco. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1. Saindo da Idade do Ouro: Limites e Desafios da Industrialização	10
1.1. A trajetória cíclica de uma industrialização com restrição externa	10
1.2. Antecedentes da industrialização pesada	12
Capítulo 2. <i>Desarrollismo</i>, Industrialização e Capital Externo	17
Capítulo 3. O <i>Desarrollismo</i> no Governo: Política Econômica e Desenvolvimento	
Industrial	23
3.1. A política de curto prazo	23
3.2. Os investimentos externos	25
3.3. Indústria e atividade econômica	30
3.4. Mudanças na estrutura industrial	33
3.5. O financiamento e o desenvolvimento industrial	37
3.6. Um processo inacabado	43
Conclusão: Ciclo Industrial ou Restrição Externa?	48
Epílogo.....	54
Apêndice Estatístico	56
Bibliografia	100

Para Analía, Ignacio e Julián.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e colegas do Curso de Mestrado em Economia da Unicamp.

Ao Mariano Laplane, orientador desta dissertação.

Aos amigos, pelo convívio durante nossa permanência no Brasil.

A Rosângela Morello, pela tradução e revisão do texto.

Ao CNPQ, pelo financiamento concedido ao longo do curso, quando na Argentina seus pares encontravam-se muito ocupados para tratar de temas tão banais.

INTRODUÇÃO

A interpretação convencional da dinâmica da industrialização argentina no período posterior a 1930 adota modelos (explícitos ou não) que descrevem uma trajetória cíclica com origem em políticas de substituição de importações e sucessivos estrangulamentos externos.

A interrogação que aqui formulamos é se essa perspectiva é adequada para analisar a etapa da administração de Arturo Frondizi (1958-1962), um dos momentos da história argentina em que se coloca com maior ênfase a necessidade de realizar a industrialização pesada, com vistas a integrar progressivamente novos setores à estrutura produtiva.

Na nossa opinião, o esgotamento do plano desenvolvimentista não pode ser caracterizado como expressão de uma nova fase descendente do ciclo, provocada pela reposição da restrição externa. A caracterização requer de outros elementos explicativos, que permitam reinterpretar a verdadeira natureza do ciclo industrial no momento da constituição da indústria pesada em países de industrialização tardia, levando em conta fatos específicos que se verificam apenas nessa etapa.

Pretendemos através de este trabalho contribuir ao estudo de um período da industrialização argentina que, a despeito de sua relevância, carece de uma bibliografia específica na qual estejam suficientemente desenvolvidos os temas que aqui serão abordados.

A primeira dificuldade a ser enfrentada consiste na escolha de um marco analítico adequado à compreensão dos problemas da industrialização.

Na vertente mais ortodoxa da teoria econômica, o desenvolvimento econômico como campo específico de estudo tem um estatuto teórico bastante relativo. No melhor dos casos, trata-se de alguns ensinamentos sobre trajetórias e padrões normais de crescimento, que, na sua versão mais comum, traduzem-se em discursos sobre vantagens do livre-comércio versus o populismo distribucionista.

Neste sentido, as opiniões difundidas pelo Banco Mundial ocupam, nos dias de hoje, um espaço cada vez maior. Sob esta ótica, a especificidade das industrializações tardias é aquela dos erros cometidos no passado, dos quais se derivam lições e recomendações claras de política para o acionar dos governos, sobre as quais "existiria hoje um amplo consenso".

Assim, os países subdesenvolvidos deveriam concentrar seus esforços em:

- 1) criar um clima competitivo para as empresas;
- 2) empregar seus recursos na melhoria da infra-estrutura física e humana;
- 3) contribuir para a sustentação da estabilidade macroeconômica;
- 4) fortalecer as instituições.

Uma vez alcançados estes objetivos é só uma questão de persistir na tentativa de conservar as virtudes de um país confiável por um tempo ainda não definido, já que "mesmo quando os fundamentos macroeconômicos estiverem no seu lugar e as reformas estruturais encaminhadas, o crescimento sustentado leva um longo tempo para recomeçar" ou "*...investment is very slow to resume*" (Bruno, 1985).

Outra vertente do pensamento neoclássico funda sua abordagem nas novas teorias do comércio internacional e da organização industrial. Paul Krugman (1993), remontando-se à heterodoxia da *high development theory* (Hirschman, Rosenstein Rodan, Lewis), explica as causas que levaram ao abandono daquelas antigas discussões: problemas não resolvidos nas

possibilidades de modelização (compatibilização entre economias de escala e estruturas de mercados competitivos) levaram ao seu paulatino desaparecimento dos âmbitos acadêmicos. Nos anos 70 essas discussões pareciam sem significado: "Do que esse pessoal estava falando? Aonde estavam os modelos?" eram as perguntas que formulavam os futuros *Ph. D. of Economics*.

Em suas observações críticas a Krugman, Stiglitz (1993) oferece sua própria interpretação, a qual contribui para esclarecer certas confusões: "Eu diria que uma explicação bem mais plausível para o aparente desaparecimento da *high development theory* é que os mesmos fatos que conduziram ao predomínio da ideologia do livre mercado na Grã Bretanha e nos Estados Unidos refletiram - ao menos nos Estados Unidos - na preponderância daquelas idéias em certos círculos intelectuais. Em resumo, foi muito mais crucial a demanda do mercado por idéias do que a oferta de modelos".

Um marco teórico alternativo ao neoclássico pode ser encontrado na tradição do pensamento econômico latinoamericano sobre a industrialização. Nesse sentido, a tentativa de compreensão da dinâmica industrializadora constitui o centro das abordagens teóricas que procuraram elucidar a evolução econômica e social dos países da América Latina.

Esgotado o primeiro movimento de implantação da indústria leve nas economias de industrialização tardia, enfrenta-se o desafio de se avançar na conformação de estruturas industriais integradas, tendo em vista que "...a industrialização não se completa sem que esteja constituído o departamento de bens de produção, que dê lugar à reprodução de uma base técnica suficientemente desenvolvida e capaz de permitir que a acumulação de capital caminhe sobre seus fundamentos materiais próprios" (Coutinho e Belluzo, 1982, pag. 23).

Nos esforços de interpretação teórica fazia-se presente o paradigma ocidental de industrialização: os processos necessários de monopolização do capital, a translação dos grandes complexos industriais dos países centrais ao espaço nacional, a cópia de sua

dinâmica interindustrial para se obter um ciclo econômico de natureza especificamente capitalista.

A situação do sistema capitalista mundial e os padrões de industrialização leve representam o momento inicial dos projetos desenvolvimentistas, cuja análise plasmou-se nas correntes representadas pelo pensamento da Cepal, da teoria da dependência e do capitalismo tardio. Uma trajetória de enfrentamentos, desilusões e sínteses construiu a abordagem pertinente: os caminhos por onde transita o desenvolvimento do espaço nacional ficam definidos, em primeira instância, pela dinâmica do movimento social em cada país.

Certamente, os resultados foram nos distanciando da trajetória dos países centrais. Um certo "mal estar na economia" vinha se antecipando. Fajnszylber nos fala da "insuficiência do núcleo endógeno". Revelam-se trajetórias tecnológicas "idiosincráticas" que em muitos casos representam um *downgrading* tentando adaptar-se a projetos industriais truncados. As exportações industriais resultam em ressábios de velhos projetos de expansão do mercado interno, e, por último, Korea, Taiwan e o Leste Asiático, que nos fazem sentir, hoje, mais longe das correntes do progresso.

Concomitantemente, a industrialização não conseguia resolver as flagrantes desigualdades sociais. O consumo imitativo e a "financeirização" deixavam as burguesias nativas vacilantes em relação ao papel que deviam assumir. O Estado não conseguia se desfazer de sua política de criação de rendas diferenciais em benefício de setores monopolistas nem sempre "empreendedores".

Finalmente, vemos volatilizar-se a estabilidade do fator externo: as trajetórias tecnológicas anteriormente estáveis e maduras se alteram, o momento da possível transferência de tecnologias inovadoras para países periféricos é incerto, os capitais de risco concentram-se nos países centrais e os especulativos procuram uma valorização rápida e fugaz em escala internacional.

Por outro lado: quais seriam as novas alianças internas sobre as quais resurgiria o projeto industrial? Que condições de financiamento, concentração/desconcentração, competitividade e proteção, dentre muitas outras, são necessárias para retomar o caminho do desenvolvimento?

Na história latinoamericana dos anos sessenta, as possibilidades de um desenvolvimento capitalista industrial nos países periféricos sob a égide de uma burguesia que, amparada em um projeto estatista-industrialista, iniciasse o caminho da industrialização pesada, constituía o eixo em relação ao qual desenvolviam-se as discussões econômicas e políticas.

Considerando os requerimentos tecnológicos e de capital que a indústria pesada supõe, um movimento não coordenado de sua implantação não garantia a rentabilidade individual para cada um dos investidores. Desse modo, colocava-se a necessidade de se articular um bloco de investimentos complementares que, junto às condições de financiamento adequadas, gere demandas interindustriais que representem expectativas de rentabilidade atraentes para o conjunto dos empreendimentos, tornando factíveis para cada um dos investidores potenciais, as avaliações sobre a conveniência de sua implantação.

Em alguns países da América do Sul, este movimento não podia ser iniciado isoladamente pelos atores da industrialização leve. Como diz Cardoso de Mello (1990, p. 119): "Não resta qualquer dúvida de que a burguesia industrial não poderia afrontar por si só os problemas da industrialização pesada (acesso à tecnologia externa, financiamento interno e externo), pois que ancorada nas indústrias leves e detendo um frágil poder de acumulação. Mais que isto, não era mesmo capaz sequer de definir com o Estado um esquema de acumulação que não significasse a estatização quase completa dos novos setores. Sua fraqueza política, que correspondia à sua fragilidade econômica, retirava-lhe, por outro lado, qualquer esperança de "privatizar" no futuro o Estado. Por isso mesmo, o

capital industrial nacional "optou" pela entrada do capital estrangeiro nos novos setores e pelo papel relativamente limitado do Estado como empresário".

Seja pelo volume como unidade capitalista, seja pela escassa representação política, o quadro que surge é de um capital nacional frágil quanto a sua possibilidade de contrapor-se ao capital conglomerado internacional.

Neste sentido, somente o Estado e a grande empresa transnacional apresentavam capacidade de articulação e mobilização de recursos de magnitude conforme requer a constituição da indústria de produção de bens de capital e insumos industriais e de bens de consumo duráveis.

Os setores aos quais se direcionarão os investimentos e a origem destes estarão determinados, em grande parte, pela ação (ou omissão) do Estado nacional que, através de empresas públicas ou mediante a centralização monetária e as linhas de financiamento, delimita as áreas de ação do capital nacional e estrangeiro, articulando os investimentos e concentrando capital.

É assim que o papel do Estado na industrialização torna-se relevante e, portanto, transcende a mera análise de sua participação nos agregados econômicos, o que comumente denomina-se "grau de intervenção na economia".

Neste sentido, não devemos desconsiderar a advertência de Lessa e Dain (1982, p. 217) ao se referirem ao tratamento do Estado na literatura mais divulgada: "Aparentemente, tentativas de descrição do 'setor público' não conseguiriam captar nenhuma especificidade na América Latina." E acrescentam, na tentativa de focalizar o ponto central a ser abordado: "É na articulação que o Estado prescreve entre as filiais e os capitais nacionais que está, a nosso ver, a especificidade. Os instrumentos e suas manifestações a nível da participação pública são os mesmos, mas a aliança, a maneira como se articulam os capitais, é específica".

Poderíamos sintetizar o quadro até aqui traçado, retomando as palavras de Coutinho e Belluzzo (op. cit. p.22): "Não é preciso dizer que a criação articulada desses blocos supõe um grau avançado de concentração e centralização de capital - manifestamente inexistente em qualquer economia periférica, por mais adiantado que seja seu processo de industrialização. Aí reside o problema crucial para que avancem as industrializações tardias. Fica patente que a forma de intervenção do Estado é decisiva. O que se requer é que o Estado funcione como aglutinador de um processo de monopolização de capital no âmbito de sua economia nacional para viabilizar, diretamente (através de empresas públicas) ou indiretamente, a constituição do departamento de bens de produção (...) o modo específico de articulação entre os setores internacionalizados e o Estado demarca as áreas de expansão para o capital nacional privado configurando uma estrutura monopolista singular".

Colocada esta possibilidade de transnacionalização com industrialização, qual seria o atrativo para que o capital externo começasse a investir em nossos países com o propósito de instalar seus estabelecimentos?

Os argumentos mais usuais fazem referência à criação de um ambiente de inversão favorável, às vantagens de um mercado interno protegido, às facilidades de acesso ao crédito, etc.

Entretanto, não devemos esquecer que o quadro internacional vigente na Europa após a Segunda Guerra Mundial e após o Plano Marshall mostra como a reação à penetração das empresas norteamericanas potencia a competência oligopólica nos países centrais, e as empresas transnacionais européias começam a "batalhar" nos mercados dos países periféricos.

Segundo Aloisio Teixeira (1983, p. 130) poderíamos dizer que "O locus analítico privilegiado para a análise do capitalismo no pós-guerra é constituído pela internacionalização do capital", que se desdobra em dois planos articulados entre si:

- 1) a constituição da hegemonia americana;
- 2) a generalização do padrão manufatureiro americano.

Neste quadro da concorrência intercapitalista entre blocos de capital "...o sistema move-se em direção a novos mercados, engendrando a transmigração de capitais, primeiro dos Estados Unidos para a Europa e depois de todos os países centrais para o mundo periférico" (Teixeira, op. cit., p. 135).

É neste mesmo processo que se origina uma das armas mais poderosas do estado latinoamericano para negociar com o capital transnacional: o controle do comércio externo pelo Estado. O acionar do Estado, ao fechar o comércio internacional daqueles produtos cuja produção nacional procurava-se estimular, coloca para a empresa transnacional o dilema de instalar-se no país ou perder o mercado interno. "O que talvez não se destaque é que a filial está confrontada efetiva ou potencialmente com outros blocos de capital de igual ou superior poder de competição que existem além dos limites nacionais. Se há algo que uma filial valoriza e teme na América Latina é a capacidade do Estado de criar (ou derrogar) barreiras para a entrada, em seu espaço, de filiais de outros blocos" (Lessa e Dain, op. cit., p. 219).

A penetração do grande capital produtivo transnacional marcará uma descontinuidade que alterará os padrões de funcionamento do processo produtivo e das formas de competência até então existentes.

É assim que o cenário mais provável é de translação aos nossos países de um esquema de concorrência oligopolista entre as principais empresas competidoras ao nível mundial, e de subordinação do capital nacional à nova divisão do trabalho, aproveitando o estímulo da demanda derivada dos estabelecimentos industriais recém instalados.

Nem por isso se deve entender que, sob estas linhas gerais, o processo de transnacionalização repete suas particularidades em cada um dos espaços nacionais. Embora a América Latina apresente certas semelhanças temporais, setoriais e ainda ao nível de firmas durante este processo, não devemos esquecer que "A idéia de que o capital penetrante possa impor soberanamente suas decisões é muito duvidosa. (...) As condições necessárias para as remessas de lucros, utilidades, etc., passam pela forma e movimento de articulação entre a economia nacional e o sistema internacional. (...) A longo prazo, sua trajetória como capital está subordinada ao dinamismo e às especificidades do capitalismo existente naquele país (Lessa e Dain, op. cit., p. 219).

Tomando por base as análises apresentadas, podemos afirmar que as especificidades nacionais foram as que determinaram que cada país transitasse caminhos distintos, na medida em que a situação particular das forças sociais no espaço nacional marca a dinâmica do processo social da industrialização.

Entre outros fatores, a maior ou menor solidez das bases sociais sobre as quais se tentaram construir esquemas de poder, ao mesmo tempo em que estas bases se constituíam (teórica e praticamente) nos setores potencialmente privilegiados pelas novas políticas adotadas, os esquemas de financiamento que foram montados, as políticas para o capital estrangeiro e a inserção dos antigos setores da economia exportadora se constituem nos determinantes dos rumos do desenvolvimento industrial e da diferença de performance entre os diferentes países.

A revisão que realizaremos a seguir, tenta captar a especificidade dos esforços de constituição da indústria pesada e de bens de consumo duráveis na Argentina, dentro da problemática geral das industrializações tardias e à luz de certos resultados teórico-práticos observados em outros países que enfrentaram de modo diverso uma mesma encruzilhada histórica.

CAPÍTULO 1

SAINDO DA IDADE DE OURO: LIMITES E DESAFIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

1.1. A trajetória cíclica de uma industrialização com restrição externa

A partir da crise do modelo de crescimento baseado no dinamismo do complexo agro-exportador, deparamo-nos com a consolidação do setor industrial como propulsor do crescimento e determinante fundamental do nível de emprego.

A evolução posterior da economia argentina tem sido freqüentemente estudada sob um quadro teórico que destaca como eixo central a contradição entre um setor rural exportador e um setor urbano industrial importador, constituindo um "...esquema 'estilizado' da macroeconomia nacional que continuou sendo o fundamento teórico do debate econômico local até os dias de hoje." (Katz e Kosacoff, 1989, p. 10)

Tentaremos, a seguir, realizar uma re-interpretação sumária desse modelo que permita uma aproximação de nosso objeto de estudo.

A implantação, na etapa da economia exportadora capitalista, de um setor produtor de bens-salário e de um setor industrial produtor de certos bens de consumo doméstico e bens de capital leves, junto à instalação da grande indústria vinculada ao complexo mercantil agro-exportador, propiciou as condições que permitiram a reprodução interna de parte da força de trabalho e dos meios de produção.

A partir da ruptura da ordem internacional vigente e da consolidação do incipiente setor industrial como eixo dinâmico da economia, as decisões de produção desse setor se constituíram no fator determinante da utilização da capacidade instalada e, portanto, do

nível de emprego. O movimento de expansão do setor industrial começa a prover internamente, e em medida crescente, os bens necessários à reprodução do capital constante e variável de ambos os setores, o industrial e o agropecuário.

Dada a dependência do setor industrial no que diz respeito ao abastecimento externo de bens de capital e insumos, uma política destinada a incentivar o desenvolvimento deste setor tenderá a reduzir o custo das importações essenciais ao funcionamento da indústria. Nesse sentido, uma sobre-valorização do tipo de câmbio, ou, alternativamente, um sistema de câmbios múltiplos, combinado com o sistema tarifário, permitirá melhorar as condições de rentabilidade do setor industrial, diminuindo o custo de reprodução da mão de obra e do capital constante do setor, liberando demanda para o setor industrial e aumentando sua margem de proteção.

Simultaneamente, os impostos para a exportação agropecuária e o maior nível de arrecadação proveniente do aumento no nível de atividade econômica, permitirão ao Setor Público a obtenção de receita necessária para financiar a realização de obras de infraestrutura e a instalação de estabelecimentos produtores de insumos básicos, assim como melhorar as condições de crédito para o desenvolvimento do setor urbano-industrial.

Dado que um aumento da taxa de benefício do setor industrial requer uma modificação de preços relativos em favor deste setor, é necessário que os preços agrícolas não pressionem os salários e, neste mesmo movimento, seja liberada uma capacidade aquisitiva que possa ser direcionada à indústria.

Em resumo, isto significa uma transferência de recursos do setor agro-exportador em benefício do setor industrial, mediada pelo Estado. Produz-se, assim, uma diminuição na rentabilidade do complexo agro-exportador e uma demanda crescente de bens-salário, fatores que auxiliam na redução paulatina do saldo exportável do setor agropecuário.

Com isso produz-se um movimento convergente que piora a Balança Comercial: uma diminuição das exportações gerada pelas condições de baixa rentabilidade e pelo aumento da absorção interna, e um aumento das importações do setor industrial devido ao aumento do nível de atividade econômica.

Não existindo financiamento externo que possibilite a manutenção permanente de tal situação, vê-se aqui o limite último da "industrialização restrita": a possibilidade de acumulação no setor industrial esbarra no limite imposto pela capacidade de importar dada pelo complexo agro-exportador. Isto significa que, se pelo lado da realização o setor industrial começa a gerar seus próprios mercados e não depende, apenas, dos criados pelo movimento do complexo agro-exportador, pelo lado da acumulação, seu movimento é limitado pela capacidade de importação de meios de produção, cujo limite superior é dado pela capacidade de exportação do setor agropecuário.

Uma elevação do tipo de câmbio que vise a reverter a situação favorecerá o setor agropecuário e afetará negativamente o setor industrial, já que, embora este último possa realizar uma transferência de custos para os preços, tem sua rentabilidade diminuída a partir da queda do nível de demanda global, determinante último da situação da balança comercial.

1.2. Antecedentes da industrialização pesada

Finalizada a Segunda Guerra Mundial, o aumento dos preços internacionais dos produtos agrícolas e a renovada demanda mundial de alimentos marcavam uma tendência a colocar as exportações agropecuárias como aspecto dominante do impulso econômico do país.

Nessa situação estava implícito o risco de se produzir um processo de reversão do desenvolvimento industrial, já que a indústria deveria enfrentar uma crescente competição

dos produtos do exterior, via sobre-valorização do moeda nacional pelo crescente saldo comercial favorável.

No entanto, houve uma intervenção deliberada do governo no processo econômico em sentido contrário ao que marcariam as tendências naturais em uma economia agro-exportadora.

Durante o período presidencial de Juan Domingo Perón (1946-1955), a ação do governo privilegiou o controle do comércio exterior como uma forma de redistribuir a renda e de fomentar o crescimento do setor urbano-industrial, para o qual afluíam as massas migratórias do interior do país. "O fim da guerra significou um transitório e importante aumento da exportação agrícola e um forte aumento do preço dos grãos, mas o Governo reservou para si entre a metade e dois terços desse preço, não sendo permitido, portanto, ao chacreiro, se recompor dos anos maus" (Paulino Gonzales Alberdi, 1949, p.60)

A indústria continuava dependendo da capacidade de importação originada no saldo comercial com o exterior e no nível de reservas existentes e, neste sentido, o governo priorizava as importações de maquinaria e insumos intermediários de que ela necessitava .

No entanto, esta estratégia teve curta duração. Em 1947, as importações cresceram 76% (em volume físico) e as exportações aumentaram somente 1.4%. O nível de reservas, de livre disponibilidade, que ao finalizar a Segunda Guerra Mundial ascendia a 1.100 milhões de dólares, caiu para 143 milhões de dólares em 1948, encontrando-se em pendência autorizações de importação em um valor aproximado de 1.500 milhões de dólares.

Os efeitos dinâmicos da primeira onda de implantação e consolidação de um setor industrial produtor de bens não duráveis, semi-duráveis e bens de capital tendiam a enfraquecer-se. Apesar do crescimento em mais de 50% da participação da indústria no Produto Bruto nos trinta anos posteriores ao período 1925/1929, os dados do Censo

Industrial de 1948 mostravam que mais de 60% da produção industrial originava-se em empresas estabelecidas antes de 1930 (Mallon e Sourrouille, 1973, p. 116).

Diante deste panorama, já em 1949, Paulino Gonzalez Alberdi (op. cit., p. 8) advertia sobre a situação que se vivia naqueles anos: "Quando a exportação de cereais, carne, e de outros produtos do campo se paralisa, nosso país carece dos recursos necessários para comprar as maquinarias necessárias para a produção agrícola e industrial; o combustível e as matérias primas estrangeiras; os veículos que garantam o transporte e os artigos que a população consome mas não produz. Nessas circunstâncias, a vida econômica argentina paralisa-se, entra em crise".

E Alfredo Rosso, presidente da Confederação Econômica Argentina, organismo ligado a Perón, declarava: "Ressalta-se como um dos problemas mais perigosos do atual momento da indústria, sua dependência do exterior no que diz respeito a combustíveis e matérias primas" (citado por Cúneo, 1984, p. 153).

A importância desse período como finalização de uma etapa é enfatizada por Di Tella e Zimelman (1967, p. 104): "A industrialização argentina, que se acelerou com a crise da década de 30, alcançou um máximo em termos de taxa de desenvolvimento em 1948, quando se tornou evidente a proximidade de um período de 'reajuste', que normalmente é a consequência final do período de crescimento auto-gerado, caracterizado pelo sobre-investimento em certos setores líderes e sub-investimento em outros setores que apenas acompanham o movimento geral do período".

Ferrer adverte que: "Ao final da década de 40, entretanto, a totalidade da substituição de importações de bens de consumo e de produtos intermediários e bens de capital simples estava consumada. A partir de então, a substituição devia abarcar os combustíveis e os bens produzidos pela indústria pesada e outras indústrias complexas" (Ferrer, 1969, p. 191).

A política econômica do governo peronista reorienta-se. Katz e Kosacoff (op. cit., p. 28) dizem-nos que depois de 1949: "...o investimento estrangeiro industrial passa a ocupar o lugar central da participação externa na economia argentina". Buscavam-se formas de utilização da capacidade de mobilização estatal de recursos e de associação com o capital estrangeiro que possibilitassem a instalação, no país, de empreendimentos produtivos de maiores investimentos de capital. Exemplo disto são a negociação com empresas automotrizes (Mercedes Benz, Kaiser), de tratores e petrolíferas do exterior e os projetos para instalar uma usina siderúrgica de dimensões maiores que as existentes no país. Limitações políticas ou de índole estritamente econômica inviabilizam, no entanto, este projeto.

Somos introduzidos, desse modo, em uma situação similar à descrita por F. de Oliveira (1981, p.40) referindo-se ao Brasil: "Assim, inaugura-se um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias, que de um lado penalizam a produção para exportação mas procuram manter a capacidade de importação do sistema - dado que são as produções agropecuárias as únicas que geram divisas - e de outro dirigem-se inquestionavelmente no sentido de beneficiar a empresa industrial motora da nova expansão. Seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresariais industriais à posição de hegemonia. No entanto, o processo se dá sob condições externas geralmente adversas - mesmo quando os preços de exportação estão em alta - e portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema".

Instala-se, assim, no cenário político e econômico, o tema central de muitas controvérsias e desencontros posteriores. Neste ponto, ou retornava-se à visão liberal de

privilegiar as "vantagens competitivas naturais" da Argentina ou tratava-se de romper com os ciclos de *stop-go*, através de um programa de reestruturação da economia.

Nesta última versão, propunha-se desenvolver as forças produtivas para se alcançar um crescimento autônomo, auto-gerado, que rompesse a dependência do setor industrial ao capital externo.

Como se desenvolveriam as mudanças, quais eram as pré-condições para o desenvolvimento das forças produtivas?

A maior parte dos estudos da época situava-se dentro das correntes do pensamento econômico dominantes. Tratava-se de buscar as contradições entre um setor rural atrasado e um setor industrial moderno; colocavam-se em primeiro plano os conceitos keynesianos de multiplicadores, propensões marginais, taxas de crescimento, etc.; passava-se por uma análise estrutural que ressaltava os desequilíbrios; acentuava-se a nossa dependência do exterior.

Estariamos entrando na etapa da Industrialização por Substituição de Importações "difícil", na tecnologia complexa, nas economias de escala de acordo com os parâmetros mundiais de tecnologia, na batalha pelas mudanças estruturais.

O problema estava colocado e poucos duvidavam, naqueles anos, de que se tornava necessário resolver o dilema: industrialização versus estancamento.

A história desta "batalha pela industrialização pesada", em sua versão desenvolvimentista, é a que pretendemos abordar nas páginas seguintes.

CAPÍTULO 2

DESARROLLISMO, INDUSTRIALIZAÇÃO E CAPITAL EXTERNO

Arturo Frondizi, encabeçando uma cisão na tradicional Unión Cívica Radical, triunfa nas eleições presidenciais de 1958 e assume em 25 de maio do mesmo ano¹. Grande parte de seu triunfo se deveu ao acordo feito com Juan Domingo Perón, que se encontrava exilado.

Por que motivo Frondizi havia provocado a ruptura com seu tradicional partido? Segundo as palavras de Frigerio (um dos principais mentores e ideólogos do plano de governo a ser implementado) tal ruptura se realizou "...com o objetivo de reconstruir o movimento nacional" (Fanor Díaz, 1977, p. 33). Neste sentido, o ideário *desarrollista*² levava a priorizar objetivos nacionais, postergando os interesses de classe para alcançar o desenvolvimento econômico, associado este à idéia de desenvolvimento do mercado interno. A União Cívica Radical Intransigente - UCRI (nome dado ao novo partido) representava "as tendências mais gerais do empresariado e da classe média" (Frigerio, 1963, p. 8).

Nas palavras do próprio Frigerio, "As empresas nacionais e os trabalhadores, independentemente de suas reivindicações específicas que continuarão a se dirimir no quadro do interesse nacional, têm um interesse comum que é o de desenvolver a economia como a plataforma material sobre a qual se assenta a comunidade em seu conjunto. Dito de outro modo, têm um interesse comum em desenvolver e integrar o mercado interno - o qual não é do interesse das corporações" (Fanor Díaz, op. cit., p. 25).

Para o *desarrollismo*, a análise dos problemas do país devia partir de sua condição de país subdesenvolvido. O subdesenvolvimento consistia em uma estrutura de produção

¹ Frondizi é destituído do cargo por um golpe militar em 28 de março de 1962.

² *Desarrollismo* tornou-se o termo utilizado no jargão político argentino para identificar a corrente política liderada por Frondizi e seus assessores.

basicamente primária que não fornecia os recursos para um crescimento sustentado e que dava lugar a uma estrutura produtiva não integrada. Para sair de tal situação era preciso desenvolver, basicamente, os setores produtores de meios de produção, fundamentalmente aço, energia, maquinaria e química pesada.

O próprio subdesenvolvimento não permitia encontrar no país os capitais que pudessem levar adiante o processo de investimento requerido para sair de tal situação. A poupança nacional não tinha o volume necessário para gerar condições produtivas similares às que se verificavam nos países centrais.

Segundo Frondizi, dado que "o quantum de capital disponível continuará sendo limitado diante do vasto inventário de necessidades insatisfeitas, a política de investimento deve por isso programar-se com o critério de se estabelecer uma escala de preferências que conduza ao desenvolvimento vertical - uma estrutura industrial integrada desde os setores básicos até os da indústria leve e de suporte de uma agricultura tecnificada - e ao desenvolvimento horizontal - que mediante a intercomunicação física das regiões e da radicação de polos fabris no interior integre a Nação e estenda e unifique o mercado" (A. Frondizi, 1975, p. 116).

Neste contexto, de onde proviriam os recursos que permitiriam levar adiante o conjunto dos investimentos requeridos? Esta questão é colocada por Mallon e Sorrouille: "Para os economistas, o aspecto mais intrigante da doutrina desenvolvimentista era que considerava inexistente a limitação de poupança na alocação dos recursos. Todos os programas de investimento desejáveis poderiam ser financiados rápida e simultaneamente com a entrada massiva de investimento externo, que ao mesmo tempo manteria em equilíbrio o balanço dos pagamentos" (op. cit., p. 30).

As teses *desarrollistas* a respeito deste problema partiam do pressuposto de que após a Segunda Guerra Mundial abria-se no mundo uma época de "coexistência pacífica"

entre as super-potências. Nesse contexto, ficariam liberadas grandes somas de capital que antes se vinculavam à indústria bélica mundial. Esses capitais buscariam novas fontes de valorização, abrindo-se assim para os países subdesenvolvidos a possibilidade e o desafio de atrair parte deles.

Dada a insuficiência da poupança interna, colocava-se "...uma única disjuntiva possível: impulsionar a expansão econômica com o concurso do investimento privado estrangeiro ou continuar com o processo de empobrecimento nacional" (Nosiglia, 1983, p. 20). Desse modo, a única fonte de capitais que permitiria desenvolver os setores básicos da indústria seria o investimento externo.

Neste ponto, poderíamos dizer que se abriam para os formuladores da política econômica ao menos três alternativas:

- 1) recorrer ao capital financeiro internacional, de modo a gerar uma corrente de financiamento monetário líquido para o interior do país;
- 2) atrair o investimento externo direto;
- 3) uma combinação de 1) e 2).

Estas alternativas só se colocam de forma taxativa no seguinte contexto: uma vez que o problema da "insuficiência da poupança interna" é colocado, ele tem sido utilizado teoricamente como uma contribuição para resolver os problemas de uma economia tanto em situações de "estrangulamento" como também no momento de colocar as "condições de crescimento balanceado" quando se deve enfrentar um conjunto de investimentos complementares.

Entretanto, estas análises, que tentam resolver o problema da pretensa insuficiência da poupança interna, têm sido reiteradamente utilizadas para abrir as portas ao capital estrangeiro. É esta a postura que adotou o governo desenvolvimentista na Argentina, baseando-se na insuficiência da poupança nacional diante do volume dos investimentos requeridos.

Por outro lado, uma vez definido o ponto anterior, não devemos perder de vista o aspecto tecnológico e produtivo vinculado ao processo de investimentos a enfrentar. A aquisição do equipamento produtivo necessário dependerá da disponibilidade dessa tecnologia no mercado mundial e de se possuir o conhecimento necessário para sua operação.

Em relação a isto, o desenvolvimentismo possuía uma posição definida: priorizar o investimento estrangeiro direto diante da alternativa do crédito internacional, que nos conduziria a um endividamento crescente.

Os capitais externos que viriam a substituir o artigo importado com produção local "... suprem a incapacidade financeira do país para obter um desenvolvimento econômico em sintonia com as modernas inovações técnicas..." (Frigerio, 1963, p. 43) e por tanto deveriam incorporar-se para possibilitar a produção nacional de artigos que até esse momento eram importados e que se mostravam cruciais para promover a integração do mercado nacional.

Como garantir que a entrada das empresas estrangeiras contribuísse para o desenvolvimento nacional? A orientação dos investimentos estaria definida pela intervenção governamental que limitaria os setores para os quais seria dirigido o investimento externo em função da estratégia de desenvolvimento adotada.

Para esses efeitos, sanciona-se, em Dezembro de 1958, uma nova lei de investimentos estrangeiros (lei 14780/58), em que são reconhecidos ao capital estrangeiro os

mesmos direitos e garantias que ao capital nacional e lhe é concedida a possibilidade de repatriar o capital e transferir para o exterior pelo mercado livre de câmbio a totalidade dos lucros líquidos anuais.

Além disso, estipulava-se a possibilidade de se conceder ao investidor estrangeiro isenções de caráter alfandegário, impositivo, cambiário, creditício ou a inclusão no regime mais favorável de fomento à indústria.

Complementarmente, a lei 14781/58 de promoção industrial e diversos regimes setoriais e regionais completaram o quadro regulatório promovido pelo governo desenvolvimentista. As regulamentações setoriais abarcaram a indústria siderúrgica (decreto 5038/61), petroquímica (decreto 5039/61) e celulósica (decreto 5041/61) e regionalmente, a Patagônia, o Noroeste e a província de Corrientes.

Os principais conteúdos da nova lei de promoção industrial foram:

- 1) livre importação de bens de capital não produzidos localmente;
- 2) Altas tarifas ou proibição de importação em setores em que existia oferta doméstica;
- 3) tratamento especial nas compras do Estado;
- 4) isenções impositivas por períodos determinados;
- 5) tratamento preferencial nas linhas creditícias;
- 6) provisão em condições preferenciais de matérias primas, energia e combustíveis e transportes;
- 7) tratamento cambial preferencial para as exportações industriais.

Por outro lado, as empresas estrangeiras foram autorizadas a incorporar bens de capital usados como parte de suas radicações de capital (decreto 8626/60).

Finalmente, cabe dizer que este processo de implantação no país do capital transnacional seria freqüentemente criticado sob a perspectiva de uma crescente dependência da nossa economia. O desenvolvimento antecipava-se a esta crítica caracterizando a dependência não como um problema de capitais mas de estrutura produtiva não integrada. A incorporação do capital estrangeiro seria positiva ou negativa para o país segundo a função para a qual fosse orientado, ou seja, se chegasse para produzir matérias primas para a exportação ou para desenvolver as nossas indústrias de base.

CAPÍTULO 3

O *DESARROLLISMO* NO GOVERNO: POLÍTICA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

3.1. A política de curto prazo

Em janeiro de 1959, anunciando à população que "o nível de vida dos argentinos deverá descender durante os próximos vinte e quatro meses pela simples razão de que não poderemos continuar consumindo mais do que produzimos", o governo de Frondizi começa a implementação do plano de estabilização acordado com o Fundo Monetário Internacional - FMI.

Na órbita monetária, elevaram-se para um mínimo de 60% os efetivos mínimos bancários, sendo suspensos todos os adiantamentos do Banco Central aos bancos hipotecários e ao Banco Industrial, elevando-se a taxa máxima de juros para os depósitos em poupança e a prazo. Estas medidas produziram uma forte falta de liquidez monetária em 1959, que foi sendo superada em 1960/61 através da entrada de capitais externos e de uma menor demanda de crédito bancário por parte do setor público. Isso permitiu ao setor privado contar com uma forte liquidez, tanto pelos créditos internos e externos como pela colocação de ações na Bolsa de valores.

Os objetivos colocados no programa acordado com o FMI requeriam uma redução do aparato estatal em 15%, o atraso e/ou postergação das obras públicas, o aumento das tarifas dos serviços públicos e dos impostos e o equilíbrio do orçamento ainda em 1960.

Entretanto, mesmo com todo o esforço de redução do déficit mediante uma maior arrecadação de impostos ao comércio exterior, a baixa no salário real do aparato estatal, a redução nas transferências a empresas públicas devido ao aumento das tarifas e um nível menor de investimento público, as bases de financiamento do Estado continuaram sendo frágeis. Em 1960, o déficit fiscal alcançava o 1.5% do Produto Bruto Interno - PBI e, considerando o compromisso com o FMI de não se recorrer ao setor bancário, foi financiado principalmente mediante créditos externos e tentativas de reativar o mercado de bonus públicos, o que ocasionou um rápido aumento das dívidas públicas externas e internas.

Do ponto de vista do controle sobre o movimento de capitais e do comércio intra-firma, o governo pregava uma "volta ao mercado", tendo-se autolimitado nas suas funções ao decretar a supressão dos controles no mercado cambial e a liberação do peso, deixando-o oscilar até que este encontrasse seu próprio nível. O Banco Central interviria a partir de junho de 1959 para manter a paridade em 83 pesos por dólar, a qual se manteve nos trinta meses seguintes. Confiava-se que o sistema de preços de uma economia sem interferências nem regulações extra-econômicas constituiria-se no mecanismo alocador de recursos por excelência.

Por outro lado, houve concessões, de forma indiscriminada, de avais para a importação de bens de capital, associada um alto grau de proteção da produção interna de bens industriais.

É neste sentido que a ação do Estado é meramente instrumental:

- 1) para além da definição política das áreas para as quais buscava-se atrair o capital externo, não existiam esquemas de planejamento que quantificassem as necessidades materiais e temporais para cada um dos subsetores industriais; os mecanismos gerais

de incentivo ao investimento industrial eram os estímulos fiscais, via isenção de impostos e encargos de importação.

2) atado a um estrito plano de estabilização com o Fundo Monetário Internacional (que, segundo Frigerio, havia assustado aos próprios técnicos desse organismo pela extrema dureza dos objetivos formulados pela condução econômica) o Governo não contava com um esquema de investimento próprio em setores específicos, nem com capacidade de mobilização de recursos dada sua fragilidade fiscal e seu escasso poder de concentração de recursos financeiros, ainda mais quando os empréstimos externos eram destinados ao fortalecimento do nível de reservas do país. A alocação de recursos estava em consonância com o tipo de industrialização em andamento: construção de estradas e obras de infra-estrutura, principalmente de energia.

3.2. Os investimentos externos

Nas palavras de um dos seus principais protagonistas, a ação do governo *desarrollista* foi "...fechar hermeticamente as portas a tudo aquilo que o país tem condições de produzir, e abri-las de par em par aos capitais e às técnicas que estejam dispostos a vir e colaborar conosco no processo de desenvolvimento nacional" (Frigerio, em De Pablo, 1986, p.62). Considerava-se que não se podia negar a entrada ao empresário estrangeiro que quisesse arriscar seu capital no país e que a concorrência interna selecionaria os melhores.

Como dizem Mallon e Sorrouille (op. cit., p. 127): "A política protecionista sofreu, em consequência, uma virada fundamental: de aquela que respondia aos interesses de certos grupos de pressão e baseava-se em uma legislação promocional muito seletiva ou restritiva, passou-se para outra que deu quase livre acesso ao capital e à tecnologia estrangeiros. A proteção das atividades recentemente criadas começou a se generalizar, em especial por

meio de taxas de importação muito elevadas e pela proibição quase absoluta de importação de determinados artigos. Estas medidas gerais complementaram-se com acordos particulares destinados principalmente a garantir uma cota do mercado interno às novas indústrias que não podiam satisfazê-lo por completo, e a obrigar aos fabricantes de novos produtos a abastecerem-se progressivamente de insumos nas fontes locais. Foram exemplos do primeiro caso os complicados arranjos pelos quais se liberava a produção e preços da Sociedade Mista Siderúrgica Argentina (SOMISA) de toda competição adversa de importações suplementares, e os cuidados especiais adotados para obrigar os consumidores de borracha a adquirir uma crescente proporção de suas necessidades de uma fábrica sintética recentemente estabelecida, a medida que esta chegasse à produção plena. Exemplos do segundo tipo de arranjos especiais foram as indústrias de automóveis e tratores, que estiveram sujeitas a uma progressiva redução das isenções de taxas de importação de peças de reposição (e, em um certo momento, à prévia aprovação oficial de seus planos de produção e importação), para induzi-las a tomar parte ativa no desenvolvimento de provedores locais".

É assim que, após a promulgação das leis de fomento à entrada de capital externo começam a ser apresentadas ao governo propostas de investimento das empresas, de cuja aprovação dependia o gozo por elas das vantagens conferidas pela nova lei de investimentos externos.

Sob o amparo da nova Lei 14780/58 de radicação de capitais estrangeiros, são autorizados no período 1959-1962 investimentos externos em um montante de, aproximadamente, US\$ 538.1 milhões, sendo que nos 5 anos anteriores (1954-1958) somente haviam sido aprovados investimentos de US\$ 67.7 milhões e nos 7 anos posteriores ao governo de Frondizi, US\$ 190.7 milhões (Tabela 1)³. As radicações de capitais externos

³ As tabelas mencionadas no texto encontram-se no Apêndice Estatístico, no final do trabalho

autorizadas no período 1959-1962 representam 68% de todos os investimentos externos autorizados no período 1954-1969.

A indústria manufatureira absorve 96.28% do total dos investimentos autorizados entre 1959 e 1962 (US\$ 554.5 milhões), sendo que 84.05% desse montante se concentrou em somente 5 setores da indústria e 55.17% se dirigiu a dois desses setores (Tabela 2.1 e 2.2). Os 25 maiores projetos (das 254 radicações autorizadas) representam 67% dos investimentos autorizados, e os três maiores empreendimentos do setor automobilístico constituem 20% do total.

Dentro da Indústria Manufatureira, os principais setores a receberem autorizações para a radicação de capital são (Tabela 3):

Substâncias e Produtos Químicos	32.10%
Material de transporte	25.20%
Produtos Metálicos	12.60%
Derivados de Petróleo e Carvão	11.00%
Metálicas Básicas	6.40%

Quanto às formas de ingresso de capital, 90% do montante total dos investimentos autorizados dirigidos ao setor manufatureiro estava representado por bens e somente 10% se constituíam em divisas (Tabela 4)⁴

Quase 50% das autorizações realizadas correspondem a ampliações de empresas já existentes "em alguns casos sobre uma associação de interesses locais e estrangeiros que

⁴Apesar de tomar um período mais amplo, os resultados são válidos para serem aplicados aos anos sob análise, dada a incidência deste período no total de investimentos autorizados.

participavam do capital com maquinaria e, em outros, sobre a base de uma relação financeira que implicava um endividamento de importância em divisas" (Cepal, 1986, p. 17).

A incorporação de maquinarias nas empresas existentes não só representava a necessidade de se importar tecnologia não existente no país, mas a possibilidade de se revalorizar ativos de tecnologia já ultrapassada nos países centrais. Por outro lado, este fato reflete o baixo grau de demanda para a indústria existente no que se refere a bens de capital.

Sobre a origem dos capitais, mais da metade dos projetos apresentados eram de origem norteamericana, seguido de longe pelo segundo país (Suíça) que representava 10.5% dos mesmos (Tabela 5).

As estimativas existentes sobre a entrada efetiva de capital enquanto investimento direto para o período 1958/1962 estão em torno de 550 milhões de dólares. Segundo Kosacoff e Aspiazu (1989), o investimento externo nesse período ascenderia a 552.9 milhões de dólares, enquanto para Altimir (1969), ele seria de 548.5 milhões de dólares. Sorrouille (s/d, p. 16), guiando-se pelas operações registradas no balanço dos pagamentos, estima como investimento direto, entre 1959 e 1962, 508 milhões de dólares.

Seguindo o mencionado trabalho de Kosacoff e Aspiazu, concluímos que, excetuando-se os investimentos em Agricultura e Pesca, Mineração e Comércio, US\$ 525.05 milhões se dirigiram ao setor industrial, dos quais 78% concentrou-se em somente 3 setores, a saber: Químicos e Petroquímicos (44%), Material de transporte (26%) e Metálicas, excluídas Maquinarias e Equipamentos (8%) (Tabelas 6.1 e 6.2).

Subdividindo o período 1955/1972 em ciclos políticos de alternância de governos constitucionais e não constitucionais, observamos que, com exceção dos setores Têxtil e Celulose e Papel, a maior proporção de investimentos em cada um dos setores produziu-se durante o período 1958/1962 (Tabela 6.3).

Segundo estimativas da OECEI (1966, p.305), as entradas de capital sob o regime da Lei 14780/58 para o período 1958/1965 foram:

1958:	US\$ 9.6 milhões
1959:	US\$ 204.9 milhões
1960:	US\$ 44.4 milhões
1961:	US\$ 119.7 milhões
1962:	US\$ 85.1 milhões
1963:	US\$ 19.0 milhões
1964:	US\$ 11.5 milhões
1965:	US\$ 6.5 milhões

Sob a nova lei de investimentos externos, teríamos, no período 1958/65, uma entrada de US\$ 501 milhões, dos quais 94.1% dirigiu-se à indústria com a seguinte distribuição setorial: Química e Petroquímica: 33.8%, Automotores: 22.4% e Laminação: 18%, correspondendo a Estados Unidos 55.1% dos investimentos, seguido pela Suíça (9.8%). O montante de capitais radicados no país sob a lei 14780/58 entre os anos de 1958 e 1962 (US\$ 463.7 milhões) representa 88.3% dos investimentos externos totais que, segundo Kosacoff e Aspiazu, se dirigiram à indústria.

Os investimentos totais dos Estados Unidos na Argentina aumentam de US\$ 333 milhões em inícios de 1958 para US\$ 799 milhões em 1962 equivalendo a um incremento de US\$ 466 milhões em valores absolutos. Desse incremento, US\$ 147 milhões correspondem a reinvestimentos e US\$ 319 milhões a investimentos diretos (Tabela 7).

Do total investido por empresas norte-americanas nesse período, US\$ 238 milhões dirigiram-se à indústria (45.3% do montante total de investimentos externos na indústria), originando-se US\$ 147 milhões em entrada de capitais e US\$ 91 milhões em lucros não distribuídos. Dos US\$ 228 milhões que se destinaram a outras atividades, 75.9% proveio de uma entrada de capitais e somente 24.1% de lucros não distribuídos. (ver Altimir, op. cit., p. 39, Tabela 9).

No mesmo período, 1958/1962, as empresas norte-americanas remeteram ao exterior lucros na ordem de US\$ 114 milhões, com os quais o fluxo líquido de capitais ascende a US\$ 205 milhões. De 1950 a 1980, com exceção de 1978, estes 4 anos representam o único período de balanço positivo para a Argentina.

Por outro lado, o financiamento concedido por instituições financeiras internacionais entre 1958 e 1962 ascende a US\$ 280.6 milhões, dos quais US\$ 263.8 milhões correspondem a créditos do Eximbank e US\$ 16.8 milhões ao Banco Interamericano de Reconstrução e Fomento - BIRF (Mallon e Sourrouille, op. cit., p. 167).

3.3. Indústria e atividade econômica

Se observarmos a evolução do PBI. nos anos sob análise, vemos que em 1959, ano seguinte à assunção do governo desenvolvimentista, desata-se uma forte recessão (produto do plano de estabilização acordado com o FMI que previa o controle da situação de instabilidade econômica e social de 1958) e logo depois, dois anos (1960/61) de crescimento com taxas de 8% e 7% respectivamente. Durante 1962, o nível de atividade econômica volta a decrescer quase 2% (Tabela 8.1).

Em todo o período analisado, não se observam variações significativas na participação de cada uma das atividades no produto total. A única exceção é a atividade industrial, que precisou crescer, durante 1960 e 1961, a uma taxa anual de 10% para

retomar a participação que tinha no ano de 1958 no produto total. Este fato ilustra o inusitado da recessão desatada em 1959 (Tabela 8.2).

Se estudarmos a evolução do Produto Bruto Industrial por Setor de Atividade (Tabelas 9.1 e 9.2), observamos que a recessão de 1959 atingiu toda a estrutura industrial, especialmente os setores dirigidos ao consumo da população: alimentos, bebidas e tabaco e têxteis, confecções e couros. Embora o nível de atividade durante 1960 e 1961 esteja em recuperação, estes setores são os que menos crescem, o que faz cair sua participação no Produto Bruto Industrial ao longo do período, exceto o setor de alimentos que aumenta quando o PBI volta a cair em 1962.

Quanto aos setores dinâmicos, observa-se que, após a recessão em que as atividades estiveram submersas em 1959, são os que impulsionam a recuperação do PB Industrial, apresentando um crescimento acumulado nos anos 1960/1961 de 21% em Borracha, Químico e Derivados de Petróleo, de 26% em Indústrias Metálicas Básicas e de 46% em Fábricas de Produtos Metálicos, Maquinaria e Equipamento. Entretanto, somente nesta última atividade percebe-se um incremento notório em sua participação no total da produção industrial, passado de 23% em 1958/59 para 29% em 1961.

O Investimento Bruto Fixo (IBF) mostra um rápido incremento em 1960 (51.15%), impulsionado fundamentalmente pelo componente Maquinaria e Equipamento, que quadruplica o aumento no investimento em Construções, para começar a decrescer em 1962 (Tabela 10). Desse modo, a base do aumento da participação do Investimento Bruto Fixo em relação ao PBI (menor que 20% até 1959 e igual a 21.3% entre 1960 e 1962) será o investimento em Maquinarias e Equipamentos (58% do total) (Tabela 11 e 12).

Por outro lado, o investimento em Construção Privada vê-se limitado pelas condições restritivas do crédito hipotecário (observar a queda ocorrida em 1959) e, apesar

dos programas de construção do Setor Público, o setor Construção perderá importância na IBIF total.

Tomado em relação a 1959 (ano em que a IBIF cai 20.9%), o crescimento acumulado da IBIF nos anos de 1960 e 1961 foi de 67.7%. A principal causa desse fato foi o boom de 1960, quando a IBIF cresceu 51.15% e 40.12% em relação ao PBI. A explicação para este incremento pode ser encontrada no crescimento do investimento em Equipamento durável de produção, especialmente em Equipamento de Transporte, que enfrentava uma demanda insatisfeita desde a Segunda Guerra Mundial. Como se pode observar na tabela 11, tanto as Máquinas como os Equipamentos de Transporte passam a explicar uma proporção cada vez maior do investimento.

Em Díaz Alejandro (1983, p. 325), observamos como o componente importado da IBIF em Máquinas e Equipamento perde importância diante do avanço da produção nacional. Esse fato resulta da diminuição na importação de Equipamento de Transporte (40.9% entre 1959/61 e 1956/58) e sua substituição pela produção interna que cresce 461% de um período para outro. O Equipamento de Transporte Nacional representará 82% da oferta do setor, diante de 33% no período anterior.

O processo de substituição não se verifica em Maquinaria e Equipamento, onde a participação do componente importado é incrementada, contradizendo a tendência observada em anos anteriores (Tabelas 13.1, 13.2, 14.1 e 14.2). As importações de Maquinaria em 1960 crescem 105.4% em relação a 1959 e 103.4% em relação a 1958. Desta forma, sua participação nas importações totais cresce de 26% em 1958 e 1959 para 43% em 1960 e 54% em 1962, voltando a cair para 31% em 1964 e 23% em 1965 (Tabela 15).

As importações de bens de capital crescem 81.87% em 1960 em relação a 1959, e nos dois anos seguintes (1961/62) acumula um incremento de 36.8%. Isto provoca uma

crescente participação dos bens de capital nas importações totais, que passa de 23% em 1959 para 43% em 1963 (Tabela 16).

Segundo Altimir (op. cit.), entre 1960 e 1962 83.3% dos investimentos estrangeiros diretos consistiu na importação de bens de capital e somente 16.7% foi realizado em divisas. Entretanto, a importação de bens de capital por parte de investidores externos representou apenas 15% das importações totais de bens de capital naquele período (Tabela 17).

Como se pode deduzir, considerando a substituição do abastecimento externo derivado do novo perfil produtivo que o país adquire, o auge no processo de investimentos externos ocasionou a consolidação da oferta nacional de Equipamento de Transporte que impulsionou o componente nacional, diante da queda relativa da oferta interna de Maquinaria e Equipamentos.

3.4. Mudanças na estrutura industrial

Comparando-se os Censos Industriais de 1954 e 1964 (com dados referentes aos anos de 1953 e 1963), observa-se que, entre esses anos, o número de estabelecimentos industriais diminuiu de 148.371 para 143.087 (5.284 estabelecimentos a menos), o número de operários ativos caiu de 1.009.089 para 908.982 (uma redução de 100.107 operários) e o número total de pessoal na ativa passa de 1.439.329 para 1.320.067 (119.262 empregados a menos)⁵.

⁵ A comparação dos dados dos Censos de 1954 e 1964 deve levar em consideração as diferenças existentes nas bases metodológicas utilizadas. Em 1954, aparecem muitos estabelecimentos que tinham sido excluídos dos censos anteriores e posteriores, porque eram "muito pequenos ou de duvidosa classificação como industriais". Dorfman, de forma "meramente aproximada" deduz 20% do número de estabelecimentos censados em 1954, considerando que, em 1946, os estabelecimentos sem funcionários formavam 30% do total, enquanto que em 1954 eles ascendem a 50%. No censo de 1964, foram excluídos os estabelecimentos muito pequenos, com 1 ou 2 funcionários, sem força motriz ou com 1/2 hp. Desse modo, ele estima que em 1954 o número de estabelecimentos ascenderia a 115.000 e o número de funcionários, a 1.400.000, o que representaria um incremento de 28.000 estabelecimentos e uma diminuição de 80.000 postos de trabalho

Em 1954, 48% dos estabelecimentos censados não tinha funcionários. Dentre os que tinham, 68.7% (35.8% do total dos estabelecimentos censados) contava com menos de 10 operários e promovia 20% do emprego e 13% da produção. Em 1964, os estabelecimentos com até 10 pessoas ocupadas representavam 89% do total, 17% da ocupação e 15.8% do produzido.

Em 1964, os estabelecimentos com mais de 100 pessoas representam 1.1% do total, 49.7% do emprego (48% em 1954) e 56.6% da produção, e os de mais de 500 pessoas representam 0.1% dos estabelecimentos, 24.3% do total de operários ocupados (25% em 1954) e 31% da produção, enquanto que o estrato superior (mais de 1000 operários) representa 14.9% da ocupação (15.7% em 1954) e 21.6% da produção industrial.

Como se pode observar na análise por grupos de indústrias, entre os dois Censos o número de estabelecimentos e funcionários caiu de forma acentuada no setor Têxtil, Confecções e Couro (11.000 estabelecimentos e 84.000 pessoas a menos, passando de 20% para 13% do número total de estabelecimentos e de 27% para 24% o de operários ativos). A queda mais significativa ocorreu em Couro (de 5% para 1% dos estabelecimentos totais, uma queda absoluta de 6.853 fábricas a menos, e 4% para 1% dos operários ocupados). O setor Confecções diminuiu em 2% sua participação no total de estabelecimentos e incrementa 1% sua participação no emprego, enquanto que as atividades Têxteis permanecem com a mesma participação no total de estabelecimentos e diminuiu 2% na ocupação (Tabela 18).

Entretanto, o grupo de Alimentos, Bebidas e Tabaco (de 17% para 22%) e o ramo Metalmeccânico (de 36% para 46%) incrementa sua participação no total de empregos. O

entre ambos os censos. Por outro lado, as estatísticas do B.C.R.A. sobre funcionários nas indústrias manufatureiras indicam 1.389.1000 funcionários em 1954 e 1.458.400 em 1964, o que nos daria um incremento de 66.300 funcionários de um censo para outro.

ramo Material de Transporte passa a representar 19% do total de estabelecimentos e 15% dos operários ocupados.

Quanto à análise por atividade, a manutenção de veículos automóveis mantém-se como o primeiro gerador de estabelecimentos em ambos os Censos.

Em 1964, observa-se um crescimento no número de funcionários em novos setores como Fabricação e Montagem de Automóveis, Estaleiros e Oficinas Navais, Peças e Acessórios para Automóveis.

Entre 1954 e 1964, a produtividade da mão de obra incrementa-se 68.8% em média. No entanto, a participação dos salários no valor agregado industrial cai de 35.5% em 1954 para 27.2% em 1964 (Sourrouille e Lucángeli, 1980, p. 37).

Com relação aos resultados obtidos nos Censos Industriais, constatamos em 1964, um incremento do número de setores industriais alta e medianamente concentrados. A participação das empresas estrangeiras na produção é maior nos ramos mais concentrados e nos setores altamente concentrados com poucas empresas, o seu índice supera 50% (Cimillo e outros, 1972, p. 73:76).

Para exemplificar essa crescente concentração, podemos mencionar a participação dos estabelecimentos estrangeiros. Segundo o Censo de 1964, eles representam 95.1% da produção de Automotores (8 empresas produzem 86%), 36.9% das Destilarias de Petróleo (2 empresas), 60.6% da produção de Medicamentos, 78.7% de Pneumáticos (3 empresas), 85.8% de Tratores e suas peças de reposição (7 empresas), 80.2% de Fios sintéticos (6 empresas), 83.7% de Motores e Peças e 13.6% de Produtos Básicos de Ferro e Aço (3 empresas). Os casos atípicos (Destilarias de Petróleo e Siderurgia) se devem à presença dominante de empresas públicas.

O conjunto dos setores dinâmicos representará, em 1965, 59.5% do valor agregado na indústria manufatureira. Os bens destinados ao investimento darão conta de 10% do total de bens produzidos no país, enquanto que também crescem os destinados ao consumo intermediário e diminuem os destinados ao consumo final e à exportação (OECEI, op. cit., p. 180).

No que diz respeito ao desnivelamento entre empresas estrangeira e nacionais que este processo cria na estrutura produtiva, observamos que, para o total dos estabelecimentos censados a produtividade da empresa estrangeira é 2.5 maior do que a da empresa nacional, diminuindo para 1.66 se, na comparação, se considerar os estabelecimentos pertencentes à sociedades anônimas estrangeiras e nacionais. Quanto aos salários médios, a relação é de 1.84 e 1.36 respectivamente.

Analisando as 100 empresas de maior venda no país, Skupch (1971) conclui que entre 1957 e 1966 a participação nas vendas totais das empresas situadas em setores dinâmicos aumentou de 35.9% para 75.4% (63% deste incremento é explicado por empresas situadas no setor de veículos e maquinarias), e a participação das empresas estrangeiras no grupo passou do 32.6% (14 empresas) para 51.4% (40 empresas, das quais 55.3% é de origem norteamericana). O número de empresas estrangeiras entre as 25 maiores aumenta de 9 em 1957 para 17 em 1966.

"À maneira de resumo destes acontecimentos cabe lembrar que, de acordo com o Censo Econômico de 1964, 25% da produção do setor industrial era fabricado por empresas estrangeiras (até 1959 representavam 18.7%), sendo que quase 50% da produção de empresas estrangeiras registradas nesse ano correspondiam a estabelecimentos que iniciaram sua atividade em torno de 1958. Por sua vez, estas novas fábricas empregavam cerca de 60.000 pessoas, o que implica algo mais que 4% do total industrial nessa data. Para situar adequadamente a importância dessa cifra cabe mencionar que entre 1958 e 1963 o emprego

industrial total caiu em 25.000 pessoas. É pertinente assinalar, por último, que a indústria automobilística incorporada nestes anos cobre quase 50% dos incrementos de ocupação e produção comentados." (Sourrouille, s/d, p. 17)

Cabe ressaltar que a importância das mudanças produzidas na nova configuração industrial assim como o papel central que as empresas estrangeiras assumem não decorrem somente dos montantes investidos, já que "...a participação das empresas estrangeiras no período 1958-1963 nunca superou 6% do Investimento bruto fixo total", mas, "Este dado, que tomado em seu conjunto não parece ser índice de uma radicação de importância, adquire significação na medida em que (o investimento estrangeiro) se encontra distribuído em um pequeno número de radicações de elevado montante unitário, que operam com tecnologia exclusiva e grandes economias de escala", enquanto que "...o investimento nacional privado, embora elevado em seu conjunto, encontra-se em geral atomizado em uma multidão de pequenos investimentos" (Cimillo e outros, 1972, p. 106).

3.5. O financiamento e o desenvolvimento industrial

A partir de 1959 (quando pela primeira vez na história argentina a inflação anual supera o 100%), produz-se uma brusca diminuição da monetarização da economia (M2/PBI) que de 25% em 1958 cai para 19.3% em 1959 e depois de uma leve recuperação (20.1% em 1961) novamente diminui para 18.9% em 1962.

Apesar disso, "exceto em 1959, o setor privado contou com ampla liquidez, recorrendo ao crédito interno e externo, complementado em 1960 por uma tendência de alta na Bolsa de Valores que absorveu um volume cada vez maior de ações a preços em veloz ascensão" (Mallon e Sourrouille, op. cit., p. 213).

O Quadro 1, a seguir, mostra quais foram as fontes de financiamento do setor empresarial no período analisado.

O montante dos empréstimos bancários à indústria em relação ao Produto Bruto Industrial (custo de fatores) foi de 22.5% em 1958, 16.8% em 1959, 18.5% em 1960, 20.2% em 1961, 18.8% em 1962 e 17.9% em 1963 (Cf. Altimir, Santamaria e Sourrouille, 1966/67).

A reimplantação do sistema de descentralização dos depósitos, operada em 1957, deu liberdade de ação aos bancos quanto ao destino dos fundos emprestáveis.

Quadro 1
Participação por setores nos passivos financeiros das empresas

Setor/Ano	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Governo	12.4	17.5	15.3	14.0	15.2	15.8
Empresas	39.8	41.4	37.5	37.3	41.0	40.9
Bancário	25.5	18.6	18.3	18.2	15.8	16.0
Extrabancário	6.0	4.0	4.2	5.5	5.4	6.9
Famílias*	9.0	11.0	14.8	16.5	13.8	11.5
Externo	7.3	7.5	9.9	8.5	8.8	8.9
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

* Colocação de ações na Bolsa.

Fonte: Itzcovich (1969), p. 502.

Frente às empresas, os bancos optavam por estratégias que apareciam, a priori, como de menor risco, e não se comprometiam com o financiamento de investimentos a longo prazo. Neste contexto, privilegiavam-se certos setores (a participação dos ramos Alimentos e Têxteis no total dos créditos nunca foi inferior a 40%, enquanto que os ramos Metais e Máquinas nunca superaram, conjuntamente, o 20%) e certas operações: "Durante o período de rápida expansão econômica, para se obter créditos no exterior (destinados à importação de maquinaria ou matérias primas) os industriais locais tiveram de obter, muitas vezes, aval bancário, e o grande volume de avais acordados foi uma das razões pela qual os bancos tentaram posteriormente afiançar sua posição financeira. Várias das instituições bancárias argentinas com recursos limitados para empréstimos e um tipo de juro máximo a cobrar de 10% anual (no mercado extra-bancário de dinheiro considerava-se como normal uma taxa de mais de 24% anual), encontraram nestes avais o que acreditaram seria uma operação altamente proveitosa - não requeriam no momento nenhum desembolso de fundos; a taxa de câmbio mantinha-se estável; o custo líquido da transação era, geralmente, de 3% a 6%. Entretanto, a grave recessão econômica e a desvalorização da moeda durante 1962 impediu muitos devedores de cancelar suas obrigações com o estrangeiro. Daí que, em várias oportunidades, os bancos que haviam estendido avais viram-se obrigados a responsabilizar-se por seu cumprimento. Finalmente, em março de 1963 o Banco Central proibiu os bancos privados argentinos de concederem avais em moeda forte" (Consejo Técnico de Inversiones, 1963, p. 99).

As fontes de fundos mais importantes para as empresas foram::

- o crédito de provedores;
- o auto-financiamento, estimulado pelo aumento das margens de lucro verificado a partir de 1959 (a taxa de lucro sobre o capital investido pelas empresas norteamericanas quase duplica entre 1958 e 1959 e se incrementa em 144% entre

1959 e 1961 (Tabela 19) e o reinvestimento de lucros entre 1959 e 1962 alcança 58.6%;

- o endividamento fiscal e previdencial com o setor público, que se constituiu na fonte de fundos com maior subsídio implícito diante da existência do processo inflacionário e da ausência de mecanismos indexatórios dos passivos junto ao governo;

- a emissão de ações.

Neste contexto, e tomando-se como base 1956:100, a relação obrigações financeiras não bancárias/valor de produção do setor empresas aumenta para 144 em 1958, 191 em 1959, 177 em 1960, 180 em 1961, 141 em 1962 e 84 em 1963.

Em setores específicos, como automotores e petroquímicos, o financiamento externo adquire relevância através de investimentos diretos e créditos, o que faz com que neste tipo de investimento, o financiamento esteja associado à transferência tecnológica.

O setor governo, que tradicionalmente havia recorrido à colocação de títulos no sistema previdencial para fazer frente a suas necessidades financeiras, mudou sua estrutura de passivos financeiros a partir de 1958. O financiamento pelo mecanismo mencionado passou de 48.8% em 1957 para 36.6% em 1958, 29.6% em 1959, 27.1% em 1962 e continuou sua tendência decrescente.

Através do atraso dos pagamentos aos provedores, as empresas aumentaram sua participação nos passivos financeiros do governo de 6.8% em 1957 para 14.2% em 1958, 19.7% em 1959 e 20.4% em 1962, enquanto que o setor bancário aumentou sua participação de 41.6% em 1957 para 45% em 1960 para depois declinar para 40.2% em 1962.

Deve-se notar que, em sua relação com o setor privado, o setor governo é credor neto das empresas privadas, mesmo quando no período analisado aumentam as obrigações governamentais com os provedores.

Em 1958, o saldo credor do governo com as empresas representava 37.9% de seu saldo devedor com o sistema bancário, em 1959, 78.2%, em 1960, 107.5%, em 1961, 121.4% e em 1962, 125%. Em conclusão, isto reflete o fato de que, perante a brusca contração do crédito bancário ao setor privado, este começa a utilizar o não pagamento de suas obrigações fiscais e previsionais como mecanismo de financiamento, fato que se acentua nos períodos recessivos, enquanto que o governo deve recorrer à colocação de títulos no Banco Central.

Essa situação leva Itzcovich (op. cit.) a concluir que "...o governo tem agido em grande medida como intermediário financeiro entre o sistema bancário e as empresas. O mecanismo utilizado tem sido o seguinte: quando as empresas encontravam-se diante de restrições na oferta de empréstimos bancários que lhe provocavam situações de falta de liquidez, diferiam o pagamento de seus impostos e contribuições para aposentadoria ao governo, utilizando estes fundos que substituíam os que deveriam ter recebido dos bancos, para o pagamento de suas transações. Isto, por sua vez, originava uma diminuição de receitas correntes do governo, que deveria recorrer ao sistema bancário para cobrir esse déficit".

Ao mesmo tempo, o banco estatal abandona o papel protagônico de anos anteriores quanto ao volume de empréstimos concedidos ao setor industrial.

A participação do Banco Industrial no total de créditos à indústria, que durante o governo peronista (1945-1955) era superior a 50%, diminui paulatinamente. Em 1959, esgota-se o capital disponível para empréstimos desse banco, e seu índice de participação reduz-se a 15.9% face ao 23.0% de 1958. Não podendo recorrer à emissão de moeda e

dada sua baixa capacidade de captação de depósitos e de acesso ao mercado de valores, o Banco Industrial opta pelo financiamento externo como *funding* de suas operações.

Seguindo o destino dos créditos concedidos, observamos um crescimento da importância dos fundos destinados a empréstimos para investimento. O fato de as linhas de crédito do exterior se destinarem à compra de bens de capital explica essa importância.

Na fase descendente do ciclo, o Banco Industrial desconsidera essa orientação e começa a prover fundos para o setor empresarial para financiar gastos de exploração e substituir dívidas junto a credores, cada vez mais necessários em função da recessão e da diminuição das vendas (Quadro 2).

Quadro 2

Banco Industrial: empréstimos realizados e suas finalidades (%)

Anos	Investimentos	Gastos de Exploração	Substitutos de Credores	Bco. Industrial/Total (%)
1958	38.6	48.9	12.5	23.0
1959	17.2	73.7	9.1	15.9
1960	46.4	46.5	7.1	13.2
1961	50.4	42.2	7.4	12.4
1962	21.9	54.1	24.0	16.6
1963	8.8	80.8	10.4	13.6

Fonte: Altimir, Santamaria e Sourrouille "Los instrumentos de promoción industrial en la posguerra. Revista Desarrollo Económico, Volúmen 7, Nro. 25.

Tomando por base o conjunto dos fatos apresentados, alguns analistas concluem que "A função de apoio creditício bancário ao processo de industrialização perde-se em sentido absoluto" (Feldman e Sommer, 1986).

De nossa perspectiva, a reduzida participação do crédito bancário como fonte externa de financiamento leva-nos a questionar a ênfase expressa por alguns autores a respeito do papel que as taxas negativas de juros teriam cumprido enquanto mecanismo de estímulo à formação de capital privado.

O cenário com que nos deparamos parece ser um dos piores possíveis: um governo que decide não imiscuir-se nas decisões de investimento dos setores privados e deixa a alocação do crédito à mercê das decisões do setor financeiro privado, que conclui seu périplo financiando indiscriminadamente o setor empresarial (e desfinanciando seus provedores e as famílias através de empréstimos compulsórios), e que culmina mobilizando uma enorme quantidade de recursos monetários sem nenhuma política de concentração e alocação de fundos.

Em um único movimento, o "austero" estado desenvolvimentista argentino fragiliza suas bases fiscais e financeiras e subsidia indiscriminadamente a taxa de acumulação privada, sem ao menos tentar articular um esquema de financiamento de acordo com a necessidade de mobilização de recursos suposta no projeto industrial almejado.

3.6. Um processo inacabado

Em março de 1962, diante do contínuo déficit da balança comercial e da recorrente fuga de capitais, o Banco Central deixou de respaldar o tipo de câmbio. As ações na Bolsa caíram abruptamente, os pagamentos do setor privado começaram a ser adiados e o déficit fiscal aumentou para 2.9% do PBI.

Neste quadro, o nível geral de atividade caiu 2% durante 1962 e a produção manufatureira registrou uma queda de 6%. Ainda mais importante do que este fato conjuntural foram a reduzida entrada de investimento estrangeiro durante os 3 anos posteriores (US\$ 73 milhões em 1963/66), a queda na relação Investimento Bruto Interno Fixo/PBI, a variação negativa de 28.8% no investimento de Maquinaria e Equipamento durante 1962/63 (as importações de Bens de Capital caíram 45% em 1963 e 26% em 1964) e a não concretização de muitos dos projetos planejados ou em execução por parte do empresariado industrial.

Nesse contexto, podemos nos perguntar sobre a trajetória do setores líderes do processo de radicação dos investimentos: indústrias petroquímica e automobilística.

O transplante da indústria transnacional para o nosso país esteve circunscrito pela perspectiva de se aproveitar uma vasta demanda insatisfeita de bens de consumo durável (indústria automobilística), e a possibilidade de se constituir uma indústria petroquímica que em sua maior parte se orientasse para a satisfação das necessidades da indústria de bens de consumo não durável.

O impacto dos efeitos induzidos pela indústria petroquímica dilui-se na medida em que sua instalação se afirma no segmento de abastecimento às indústrias de consumo final, sem integrar-se à produção de matérias primas.

Apesar de entrarem em atividade as fábricas para a produção de Anidrido Ftálico de Duperial e Monsanto, de PVC e copolímeros de Electroclor, Monsanto e Indupa, de Disulfuro de Carbono de Duperial, de Etileno e Polietileno de Ipako, de Negro de Humo (Cabot), Nylon 6 (Ducilo e Extavia), entre outras, e de se encontrar em construção fábricas destinadas à produção de Metanol, Etileno, Estireno, Benzeno, Tolueno, Butadieno, Borracha Sintética e outros, a situação reinante em 1966 pode ser descrita como segue: "Na atualidade, a produção da indústria química argentina está orientada, em aproximadamente

70% para a obtenção de bens destinados às indústrias vegetativas, abastecendo de forma total os requerimentos do mercado interno no que diz respeito a bens de consumo. Não ocorre o mesmo na fabricação de bens intermediários, pois ainda é necessário importar com tal fim matérias primas como soda solvay, uréia, acetato de vinilo, sulfato de amônia, enxofre, fertilizantes, certos tipos de corantes, borracha sintética, polietileno, cloreto de potássio, nitrato de amônia, etc. (...) as manifestações industriais relacionadas a fábricas produtoras de bens de síntese são escassas devido ao alto custo de instalação e ao limitado mercado interno" (OECEI, op. cit., p. 200).

Neste contexto, a indústria automobilística era a protagonista do processo, seja por suas possibilidades de crescimento por causa da demanda final insatisfeita que enfrentava, seja pela possibilidade de produzir efeitos sobre o complexo metal-mecânico e sobre a indústria de maquinaria.

Seu desenvolvimento é também um bom exemplo daquilo que foi a concepção da política industrial do governo desenvolvimentista e de seus resultados práticos, ao mesmo tempo que confirma qual é a base do poder negociador do Estado perante o capital estrangeiro, tal como o Presidente da General Motors expressa: "Para a General Motors, assim como para vários outros fabricantes de veículos, a alternativa era produzir na Argentina ou retirar-se do mercado". (Jenkins, citado em Katz e Kosacoff, op. cit., p. 56)

Em um rápido esquema de integração nacional, os requisitos para a apresentação de projetos de radicação no setor, os quais deviam ser aprovados pela Secretaria de Indústria, são estabelecidos por Decreto em março de 1959.

Um total de 26 projetos, tanto de firmas nacionais como estrangeiras, são apresentados, sendo todos aprovados sob a concepção de que "partíamos da base de que não tínhamos que proteger o empresário em sua decisão arriscar seus dólares nesta atividade" (Frigerio, em De Pablo, 1986, p. 63).

Entretanto, de outra perspectiva, este fato marcaria "um fenômeno recorrente da política industrial argentina que volta a repetir-se em distintos momentos e em relação com vários outros setores da indústria argentina (siderurgia, eletrônica, petroquímica): a escassa capacidade do setor público para programar e instrumentalizar uma estratégia setorial de longo prazo" (Katz e Kosacoff, op. cit., p. 56).

A produção local de veículos ascende rapidamente, passando de 27.834 unidades em 1958 para 136.188 em 1961 (57% das quais eram automóveis e rurais). Em 1963, esse número cai para 104.889 (Boletín Adefa, 1985). Seus efeitos sobre a ocupação e o nível de atividade foram notórios. Segundo D. Heymann, a indústria automobilística abarca mais de 30% do incremento no PBI manufatureiro no intervalo 58/65 e aumenta sua participação no PBI em 7 pontos percentuais (citado em Katz e Kosacoff, op. cit., p. 52).

O processo de concentração da indústria de automóveis foi crescente. Em 1960, um total de 21 empresas produzia 89.338 unidades. Referindo-se a 1964, Remes Lenicov (1973, pag. 298) diz que "... após o processo de fechamentos permanecem no mercado somente a metade, ou seja 13 empresas. As que tiveram que abandonar o fizeram fundamentalmente pela impossibilidade de concorrer, sem receber apoio preferencial por parte do Estado, com as empresas estrangeiras, que com maior capacidade financeira, técnica e organizativa, puderam sem muitos inconvenientes desalojar seus eventuais concorrentes nacionais".

Os investimentos iniciais das empresas que assumem a liderança da indústria automobilística caracterizam-se por escalas de produção cujo potencial está acima da demanda. Por isso, torna-se pouco provável que estas empresas realizem novos investimentos de envergadura nesses setores. Isto ocorre tanto para a indústria montadora como para a de fabricação de autopeças que acompanharam a instalação daquelas, construindo suas próprias fábricas no país. Dessa forma é limitada a capacidade desses setores de continuar liderando o processo de investimento nos períodos subseqüentes.

Uma vez que as condições macroeconômicas tornam-se contrárias ao ciclo de expansão dos investimentos, o nível de produção do setor começará a sofrer os efeitos tanto da queda do poder de compra da população, quanto da restrição que o balanço de pagamentos vai impondo à capacidade de importação, esgotando-se, desse modo, as possibilidades de que se desencadeie um novo processo de investimentos no complexo automobilístico

CONCLUSÃO:

RESTRIÇÃO EXTERNA OU CICLO INDUSTRIAL?

Freqüentemente se caracteriza a nossa industrialização como uma estratégia de substituição de importações, induzida por uma sucessão de estrangulamentos externos combinada com altas tarifas.

Nesse quadro, existe um certo acordo na literatura econômica em relação a que o período compreendido entre 1958 e 1961 marca uma etapa do processo de industrialização argentino. Em sua maioria, os analistas consideram que o diagnóstico de insuficiência da poupança nacional teve como consequência a busca pelo investimento externo, seja como parte da condução de curto prazo da política de demanda, seja como uma estratégia mais ampla de acumulação de capital. Considera-se, também, que esta política trouxe sérias consequências no âmbito da conformação interna da indústria argentina, principalmente no que se refere a seu grau de monopolização.

Entretanto, a reposição da restrição externa seria a causa do posterior declínio do investimento e da atividade industrial? De acordo com Mallon e Sourrouille (op. cit., p. 213) (e nisto sintetizamos a opinião da maior parte da literatura econômica), o fracasso do programa econômico *desarrollista* encontra sua explicação no "...deterioramento dos termos do intercâmbio agropecuário, (que) junto com o estancamento das exportações, a crescente agitação operária provocada pela diminuição do salário real e o aumento do desemprego - assim como a incerteza política- fizeram perder a confiança no programa de estabilização".

Assim, privilegiam-se explicações sobre a condução macroeconômica de curto prazo junto à dificuldade de se alcançar economias de escala convenientes para encarar as sucessivas etapas de substituição.

Em certo sentido, no período analisado assistir-se-ia a uma nova fase do tradicional *stop and go* da economia argentina. Havendo chegado o ciclo a sua fase recessiva, colocou-se a necessidade de reconstituir as bases de uma próxima expansão, cujo requisito seria equilibrar nossos preços internos e gerar capacidade de pagamento de nossas importações.

É interessante notar que esta visão contrapõe-se com a explicação que temos tentado realizar em nosso trabalho sobre a dinâmica do processo de industrialização.

Em nosso entender, o transplante dos novos setores industriais que originou o novo ciclo expansivo, não foi consequência do reordenamento das variáveis macroeconômicas domésticas nem de uma situação especial de desafogamento das contas externas, de tal modo que estes dois fatores teriam levado a economia para uma posição de equilíbrio. Estas situações, isoladas, somente dão lugar, no melhor dos casos, a uma reativação da demanda com investimento potencial em ramos já existentes ou certa substituição adicional.

Nem sequer a estabilidade parece ser um pré-requisito para o "crescimento". Referindo-se ao Plano de Metas no Brasil (1955-61), Lessa (op. cit., p. 73) diz : "Em sua formulação inicial, adotou-se uma atitude indiferente quanto ao problema inflacionário, não revelando qualquer particular preocupação com o problema do desequilíbrio monetário, fiscal ou na balança de pagamentos. Esta significativa indiferença inicial iria ser confirmada pela posição subordinada de correção dos desequilíbrios aos superiores interesses da industrialização".

O impulso da demanda agregada em um movimento de instalação de indústrias de dimensões e processos até então não conhecidos em nosso país proveio de uma decisão

autônoma de investimento privado dos particulares não induzida por uma demanda pré-existente, exceto em termos de expectativa.

E é essa decisão autônoma do investidor externo o que permite vencer a restrição externa, através de um financiamento associado ao próprio processo de transnacionalização da economia nacional.

O investimento externo e seus efeitos de encadeamento induz capitais nacionais a acompanhar o movimento expansivo, procurando tecnologia e financiamento no exterior, quando não os encontram disponíveis nos circuitos nacionais.

Surge assim a interrogação sobre por que o movimento expansivo não teve continuidade.

O conjunto de empresas produtoras de bens intermediários e de capital que se havia desenvolvido na Argentina, fundamentalmente na década de 50, "...devia constituir-se, de acordo com a nova estratégia de desenvolvimento, no núcleo dinâmico da nova burguesia industrial, beneficiária direta do efeito de multiplicação e aceleração gerado pelo investimento estrangeiro e estatal, mesmo às custas de um aumento nos preços dos insumos comprados pelo setor industrial final" (FIDE).

No entanto, o potencial do poder de compra dos novos estabelecimentos fabris não conseguiu estimular uma onda de substituições nos fabricantes locais de insumos intermediários (siderurgia, petroquímica, metalurgia), projetos que "foram permanentemente ignorados ou foram se desenvolvendo com grande lentidão ou de modo parcial. Os exemplos dos pólos petroquímicos ou do plano siderúrgico são muito ilustrativos nesta matéria". Conseqüentemente, os efeitos dos investimentos não se fizeram sentir, exceto "nos gastos de construção da indústria fabril, em alguns equipamentos e ferramentas simples compradas localmente e nos salários pagos aos trabalhadores" (FIDE).

Só a demanda por bens de consumo duráveis (equipamento de transportes) e a implementação de projetos cujo planejamento e execução vinham de anos anteriores (o projeto estatal SOMISA, uma sociedade criada em 1947 e que iniciou sua produção de aço em 1960) impulsionaram algumas indústrias de base, nas quais se concretizou uma rápida substituição do abastecimento externo pela produção nacional.

Segundo dados da OECEI (op. cit., p. 305), somente 2.6% do total das radicações autorizadas pela Lei 14780/58 no período 1958/1965 destinaram-se à fabricação de Maquinarias e suas peças de reposição, e somente 1.9% à Metalurgia. Durante o governo desenvolvimentista "O Estado, considerado como comprador de bens de capital de produção nacional, tem se mantido indiferente à consolidação deste setor" (Conade, 1965).

Não se alcançando a articulação de um bloco de investimentos de maior amplitude, uma vez que se esgotam os efeitos expansivos derivados da onda de instalações, encerra-se a entrada de capital e, associada às dificuldades de se cancelar as obrigações existentes devido à diminuição da demanda, a tomada de créditos no exterior para o financiamento das importações necessárias começa a se apresentar como uma operação de risco.

Expressam-se, mais uma vez, os limites de um ciclo industrial que não avança para a conformação de complexos integrados: "O problema central do caráter interrompido e cíclico da dinâmica industrial radica, justamente, no fato de que o impacto intra-industrial desses efeitos tem um alcance limitado pelas dimensões absolutas e relativas do setor de bens de capital. Se este tem pequenas dimensões e está mal articulado com a base técnica dos setores líderes da economia não se gera propriamente um ciclo endógeno de expansão" (Tavares, 1982, p. 31)

E a autora acrescenta que "na medida em que o processo de montagem dos novos setores avance através de um conjunto de investimentos complementares que promovam o crescimento da capacidade produtiva do complexo metalmeccânico, a demanda corrente

passa a operar como retroalimentador dinâmico capaz de manter o ritmo de crescimento do conjunto da indústria, para além do simples impacto primário do bloco de investimento inicial. Configura-se, então, a existência de um ciclo endógeno de expansão, no qual os efeitos retroalimentadores operam dentro da própria indústria e o problema de realização dinâmica depende cada vez menos da demanda final de bens de consumo. (p. 32)

Não é a "falta de poupança" que provoca a interrupção do fluxo de investimentos e o aparecimento da fase descendente do ciclo de expansão, desatado pela instalação dos empreendimentos. Se novas empresas oligopolistas tivessem desejado entrar no país, dificilmente este ingresso teria deixado de se produzir pela falta de financiamento disponível.

Consideramos assim que as causas da curta duração do ciclo expansivo da indústria estão na magnitude setorialmente limitada da penetração do capital externo, nos reduzidos efeitos de encadeamento dos setores líderes, na limitada capacidade de investimento estatal e na falta de centralização de capitais nacionais para encarar projetos de maior envergadura. Estes fatos fazem recrudescer, em toda sua dimensão, as dificuldades da industrialização que se expressaram, em sua face mais crítica, em uma crise global do balanço de pagamentos e não apenas da balança comercial. A semelhança com as reversões cíclicas dos períodos anteriores, provocadas pela restrição externa, é apenas aparente.

Isto nos leva a afirmar que, se desejamos falar de restrição externa naqueles anos, esta deve ser entendida no âmbito integral do movimento flutuante produzido pela penetração de conjuntos de investimentos externos.

Neste contexto, a condução macroeconômica de curto prazo que busca o equilíbrio dentro do modelo herdado somente aprofundará a diferenciação crescente do poder de acumulação dos distintos setores econômicos, a transnacionalização da economia e a fragilização do sistema financeiro.

Mas, sob este fenômeno, subjaz o fato fundamental de que a "restrição externa" não provocará interiorizações de peso na estrutura industrial porque não atua como elemento dinamizador do investimento, exceto em termos de ampliações de setores já existentes. Seria necessário não um simples manejo da demanda agregada mas um "novo plano desenvolvimentista".

Mas este somente reaparecerá, na sua "versão distribucionista", sob a égide do núcleo da burguesia industrial incorporada ao Governo durante o último período de gestão de Juan Domingo Perón (1973-1974), poucos anos antes do nosso país posicionar-se como líder do experimento neo-liberal desindustrializador do nosso continente.

EPÍLOGO

Para concluir, poderíamos retomar uma questão de Lessa (1981) ao fazer referência ao período desenvolvimentista iniciado em Brasil em 1955 com Juscelino Kubistchek e a adoção do Plano de Metas: "A opção realizada por desenvolvimento ao invés de estabilidade coloca uma questão provocativa. Por que o Brasil seguiu este esquema e não se inclinou à adoção da política escolhida por outros países latino-americanos, frente a este tipo de impasse? *Verbi Gratia*, por que não aceitou o que se convencionou chamar de política do FMI?"

A nossa pergunta deveria ser a contrapartida dessa questão, ou seja, por que a Argentina realizou a escolha oposta ao Brasil.

Uma estranha mescla de estabilização e desenvolvimento industrial marcam os objetivos governamentais. É destacável o fato de que pelo menos 4 dos 5 Ministros de Economia sob a presidência de Frondizi provenham da ala liberal. Não parece ser alheio a isto que, junto ao pacto com Perón, Frondizi tenha optado por uma estratégia de conciliação com a ala liberal das Forças Armadas (em 4 anos de governo teve 36 "crises militares"), para o que era um bom instrumento manter uma figura afinada com as idéias sustentadas pelos militares nos comandos da economia.

No governo, falava-se em reabilitar as variáveis econômicas e em tirar "a camisa de força" da economia. Viver-se-ia uma situação de "inflação mascarada por controles de preços, tarifas políticas e subvenções. A todos estes fatos, vertebrais em qualquer política populista como obviamente foi a de 1945 a 1955, associava-se a deformação do aparato administrativo e a tendência do Estado a resolver problemas pela via de subvenções e substituições" (Frigerio, em De Pablo, p. 47).

É neste quadro que a política do governo *desarrollista* refletirá a opção pela industrialização como uma "fuga para frente" em que todas as contradições existentes, inclusive as políticas, superaram-se mediante o desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Descartando desde o começo qualquer plano estatal de investimento que tivesse significado uma considerável transferência intersetorial de recursos ou a necessidade de apelar para mecanismos inflacionários, o Governo desconsidera o conflito interno do financiamento estatal, apelando para empréstimos externos. O tipo de financiamento adotado encobre o fato de que os interesses econômicos tradicionalmente em confronto não foram afetados e o plano não encontrava oposições do empresariado, exceto quando a política monetária começou a mostrar sua face restritiva.

Por outro lado, confirma-se a debilidade das representações industriais a nível setorial e por atividade. Comportamento herdado de antigas tradições, que privilegia o contato pessoal com o funcionário governamental, em busca de vantagem particular, em detrimento de uma ação orgânica identificada com o interesse do setor.

Neste sentido, não se pode desprezar os fatores subjetivos que levaram à conformação de uma burguesia industrial atraída pelas pautas de comportamento da antiga aristocracia agrícola-gadeira, acentuados, objetivamente, pelo processo de transferência de porções da renda industrial para a atividade agropecuária, dificultando a formação de uma camada de empresários com poder suficiente para impulsionar um projeto estatal de desenvolvimento autônomo.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

TABELA I

Argentina

Autorizações Anuais de Radicação de Capitais Estrangeiros
(em Milhões de US\$)

ANO	Lei 14222/53	Circular BCRA 2324/55	Circular BCRA 2881/57	Decreto 1594/58 e 2483/58	Lei 14780/58	TOTAL	%
1954	2,2					2,2	0,3
1955	10,1					10,1	1,3
1956		20,0				20,0	2,5
1957		14,7	2,8			17,5	2,2
1958		4,1	0,9	12,9		17,9	2,2
1959				2,0	207,2	209,2	26,2
1960					111,7	111,7	14,0
1961					133,4	133,4	16,7
1962					85,8	85,8	10,7
1963					34,6	34,6	4,3
1964					33,8	33,8	4,2
1965					6,4	6,4	0,8
1966					2,5	2,5	0,3
1967					13,1	13,1	1,6
1968					31,4	31,4	3,9
1969					59,1	59,1	7,4
1970					9,8	9,8	1,2
TOTAL	12,3	38,8	3,7	14,9	728,8	798,5	100,0

Fonte: Schroeder, Norberto (1976)

TABELA 2.1

Argentina

Registros Anuais de Investimentos Estrangeiros por Ativ.
(em milhões de US\$)

Classificação por Atividade	1954	1955	1956		1957	TOTAL
	Lei 14.222/53			Circ. BCRA 2324/55	Circ. BCRA 2881/57	
I. AGRICULTURA	0.0	0.0	0.0	682.6		682.6
1. Agricultura						0.0
2. Pesca				682.6		682.6
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS	229.6	0.0	0.0	0.0	0.0	229.6
1. Extração de minerais metálicos						0.0
2. Petróleo e Gás	229.6					229.6
III. INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	1994.5	10058.5	19249.3	13844.7	2585.9	47732.9
1. Alimentos			635.1	62.7	49.3	747.1
2. Bebidas						0.0
3. fumo						0.0
4. Têxtis			313.5	3414.7	528.6	4256.8
5. Calçado						0.0
6. Madeira e Cortiza				58.8		58.8
7. Mobiliário						0.0
8. Papel				220.0	94.4	314.4
9. Editorial e Gráfica						0.0
10. Couros e Peles						0.0
11. Produtos de Borracha			89.8			89.8
12. Química	1105.9	1081.4	9224.4	1459.8	431.3	13302.8
13. Deriv. de Petróleo e Carvão				3300.0		3300.0
14. Minerais não metálicos			144.2		10.1	154.3
15. Metálicas Básicas						0.0
16. Prod. Metálicos, exceto maq.	888.6		986.4	469.8	101.8	2446.6
17. Maquinaria, exceto eléctrica		402.1				402.1
18. Maquinaria Eléctrica			2403.8	212.2	1356.4	3972.4
19. Material de Transporte		8264.6	4441.4	4600.8	14	17320.8
20. Manuf. Diversas		310.4	1010.7	45.9		1367.0
IV. ELECTRIC., GÁS E ÁGUA			600	200.0		800.0
V. CONSTRUÇÃO			137.2			137.2
VI. SERVIÇOS					219	219.0
TOTAL	2224.1	10058.5	19986.5	14727.3	2804.9	49801.3

TABELA 2.1 (Cont.)

Classificação por Atividade	Circ. BCRA 2324/55	1958		TOTAL
		Circ. BCRA 2881/57	Dec. 1594/58 e 2483/58	
I. AGRICULTURA	0.0	0.0	0.0	
1. Agricultura				
2. Pesca				
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS	0.0	177.5	0.0	177.5
1. Extração de minerais metálicos		177.5		177.5
2. Petróleo e Gás				
III. INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	4127.9	719.6	11497.1	16345
1. Alimentos		249.6		249.6
2. Bebidas				
3. fumo				
4. Têxtis		1.4	210.2	211.6
5. Calçado				
6. Madeira e Cortiza				
7. Mobiliário				
8. Papel				
9. Editorial e Gráfica				
10. Couros e Peles		34.5		34.5
11. Produtos de Borracha				
12. Química	4127.9	297.9	320	4745.8
13. Deriv. de Petróleo e Carvão			3920	3920
14. Minerais não metálicos				
15. Metálicas Básicas				
16. Prod. Metálicos, exceto maq.		107.7	613.3	721
17. Maquinaria, exceto eléctrica			5000	5000
18. Maquinaria Eléctrica		28.5	117.9	146.4
19. Material de Transporte			1163.4	1163.4
20. Manuf. Diversas			152.3	152.3
IV. ELECTRIC., GÁS E ÁGUA				
V. CONSTRUÇÃO				
VI. SERVIÇOS			1400	1400
TOTAL	4127.9	897.1	12897.1	17922

TABELA 2.1 (Cont.)

Classificação por Atividade	1959 Dec. 1594 e 2483/58	1959	1960 Lei 14780/58	1961	1962	TOTAL
I. AGRICULTURA	0.0	4667.6	0.0	174.9	126.7	4969.2
1. Agricultura		4667.6				4667.6
2. Pesca				174.9	126.7	301.6
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS	0.0	0.0	0.0	0.0	924.9	1279.9
1. Extração de minerais metálicos						355.0
2. Petróleo e Gás					924.9	924.9
III. INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	2030.0	200961.0	110596.5	132921.1	75302.1	554499.9
1. Alimentos	33.0	735.5	2221.6	4290.7	1161.1	8941.1
2. Bebidas		568.7	25.6			594.3
3. fumo						0.0
4. Têxtil		757.7			773.2	1954.1
5. Calçado						0.0
6. Madeira e Cortiza	1450.8					1450.8
7. Mobiliário						0.0
8. Papel		2583.2				2583.2
9. Editorial e Gráfica	100.0		153.2	1192.4	300.0	1745.6
10. Couros e Peles			75.0			144.0
11. Produtos de Borracha		3167.4	2805.4			5972.8
12. Química	10.5	86550.8	63825.9	6450.3	11623.5	177952.6
13. Deriv. de Petróleo e Carvão		21795.2	3060.4	28528.0		61223.6
14. Minerais não metálicos		74.7	27.0	449.2	1432.1	1983.0
15. Metálicas Básicas			5593.9	28500.0	1270.3	35364.2
16. Prod. Metálicos, exceto maq.	47.4	5788.6	6485.9	9659.9	46346.0	69769.8
17. Maquinaria, exceto eléctrica		5875.6	3510.5	1958.4	4390.5	25735.0
18. Maquinaria Elétrica		10105.5	1278.2	822.1	163.8	12662.4
19. Material de Transporte	388.3	62594.8	21043.2	50799.1	2641.6	139793.8
20. Manuf. Diversas		363.3	490.7	271.0	5200.0	6629.6
IV. ELECTRIC., GÁS E ÁGUA						0.0
V. CONSTRUÇÃO		927.9	604.2	277.6	9408.4	11218.1
VI. SERVIÇOS		645.8	529.1			3974.9
TOTAL	2030.0	207202.3	111729.8	133373.6	85762.1	575942.0

TABELA 2.1 (Cont.)

Classificação por Atividade	1963	1964	1965 Ley 14780/58	1966	TOTAL
I. AGRICULTURA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
1. Agricultura					0.00
2. Pesca					0.00
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS	0.00	0.00	0.00	632.60	632.60
1. Extração de minerais metálicos					0.00
2. Petróleo e Gás				632.60	632.60
III. INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	31561.40	33783.00	5833.70	1892.00	73070.10
1. Alimentos	420.00		899.40	408.20	1727.60
2. Bebidas					0.00
3. fumo					0.00
4. Têxtis	425.20				425.20
5. Calçado					0.00
6. Madeira e Cortiza		55.40			55.40
7. Mobiliário					0.00
8. Papel		346.60			346.60
9. Editorial e Gráfica					0.00
10. Couros e Peles					0.00
11. Produtos de Borracha					0.00
12. Química	1349.20	1091.10	390.00	200.00	3030.30
13. Deriv. de Petróleo e Carvão					0.00
14. Minerais não metálicos	1079.40				1079.40
15. Metálicas Básicas	213.70	4500.00			4713.70
16. Prod. Metálicos, exceto maq.	6730.80	184.00	1100.20		8015.00
17. Maquinaria, exceto eléctrica	6845.20	6280.90	2444.10	300.00	15870.20
18. Maquinaria Eléctrica		300.00		705.50	1005.50
19. Material de Transporte	14497.90	20700.00		278.30	35476.20
20. Manuf. Diversas		325.00	1000.00		1325.00
IV. ELECTRIC., GÁS E ÁGUA					0.00
V. CONSTRUÇÃO	44.40		531.00		575.40
VI. SERVIÇOS	3015.50				3015.50
TOTAL	34621.30	33783.00	6364.70	2524.60	77293.60

TABELA 2.2 (Cont.)

Classificação por Atividade	Circular BCRA 2324/55	1958 Circular BCR 2881/57	Decreto 1594/58 e 2483/58	TOTAL
I. AGRICULTURA	0.00	0.00	0.00	0.00
1. Agricultura	0.00	0.00	0.00	0.00
2. Pesca	0.00	0.00	0.00	0.00
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS	0.00	19.79	0.00	0.99
1. Extração de minerais metálicos	0.00	19.79	0.00	0.99
2. Petróleo e Gás	0.00	0.00	0.00	0.00
III. INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	100.00	80.21	89.14	91.20
1. Alimentos	0.00	27.82	0.00	1.39
2. Bebidas	0.00	0.00	0.00	0.00
3. fumo	0.00	0.00	0.00	0.00
4. Têxtil	0.00	0.16	1.63	1.18
5. Calçado	0.00	0.00	0.00	0.00
6. Madeira e Cortiça	0.00	0.00	0.00	0.00
7. Mobiliário	0.00	0.00	0.00	0.00
8. Papel	0.00	0.00	0.00	0.00
9. Editorial e Gráfica	0.00	0.00	0.00	0.00
10. Couros e Peles	0.00	3.85	0.00	0.19
11. Produtos de Borracha	0.00	0.00	0.00	0.00
12. Química	100.00	33.21	2.48	26.48
13. Deriv. de Petróleo e Carvão	0.00	0.00	30.39	21.87
14. Minerais não metálicos	0.00	0.00	0.00	0.00
15. Metálicas Básicas	0.00	0.00	0.00	0.00
16. Prod. Metálicos, exceto maq.	0.00	12.01	4.76	4.02
17. Maquinaria, exceto eléctrica	0.00	0.00	38.77	27.90
18. Maquinaria Eléctrica	0.00	3.18	0.91	0.82
19. Material de Transporte	0.00	0.00	9.02	6.49
20. Manuf. Diversas	0.00	0.00	1.18	0.85
IV. ELECTRIC., GÁS E ÁGUA	0.00	0.00	0.00	0.00
V. CONSTRUÇÃO	0.00	0.00	0.00	0.00
VI. SERVIÇOS	0.00	0.00	10.86	7.81
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

TABELA 2.2 (Cont.)

Classificação por Atividade	1963	1964	1965 Lei 14780/58	1966	TOTAL
I. AGRICULTURA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
1.Agricultura	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
2.Pesca	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS	0.00	0.00	0.00	25.06	0.82
1.Extração de minerais metálicos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
2.Petróleo e Gás	0.00	0.00	0.00	25.06	0.82
III.INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	91.16	100.00	91.66	74.94	94.54
1.Alimentos	1.21	0.00	14.13	16.17	2.24
2.Bebidas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
3.fumo	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
4.Têxtil	1.23	0.00	0.00	0.00	0.55
5.Calçado	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
6.Madeira e Cortiza	0.00	0.16	0.00	0.00	0.07
7.Mobiliário	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
8.Papel	0.00	1.03	0.00	0.00	0.45
9.Editorial e Gráfica	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
10.Couros e Peles	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
11.Produtos de Borracha	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
12.Química	3.90	3.23	6.13	7.92	3.92
13.Deriv. de Petróleo e Carvão	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
14.Minerais não metálicos	3.12	0.00	0.00	0.00	1.40
15.Metálicas Básicas	0.62	13.32	0.00	0.00	6.10
16.Prod. Metálicos, exceto maq.	19.44	0.54	17.29	0.00	10.37
17.Maquinaria, exceto eléctrica	19.77	18.59	38.40	11.88	20.53
18.Maquinaria Elétrica	0.00	0.89	0.00	27.95	1.30
19.Material de Transporte	41.88	61.27	0.00	11.02	45.90
20.Manuf. Diversas	0.00	0.96	15.71	0.00	1.71
IV.ELECTRIC., GÁS E ÁGUA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
V. CONSTRUÇÃO	0.13	0.00	8.34	0.00	0.74
VI.SERVIÇOS	8.71	0.00	0.00	0.00	3.90
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

TABELA 3

Argentina

Registros Anuais de Invest. Extrang. Por Ativ.
(en % do Total do Setor)

Classificação por Atividade	1954	1955	1956	1957	TOTAL	
	Lei 14.222/53		Circular BCRA 2324/55	Circular BCRA 2881/57		
I. AGRICULTURA				100.0		100.0
1. Agricultura				0.0		0.0
2. Pesca				100.0		100.0
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS	100.0					100.0
1. Extração de minerais metálicos	0.0					0.0
2. Petróleo e Gás	0.0					0.0
100.0						100.0
III. INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1. Alimentos	0.0	0.0	3.3	0.5	1.9	1.6
2. Bebidas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
3. fumo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
4. Têxtis	0.0	0.0	1.6	24.7	20.4	8.9
5. Calçado	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
6. Madeira e Cortiza	0.0	0.0	0.0	0.4	0.0	0.1
7. Mobiliário	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
8. Papel	0.0	0.0	0.0	1.6	3.7	0.7
9. Editorial e Gráfica	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
10. Couros e Peles	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
11. Produtos de Borracha	0.0	0.0	0.5	0.0	0.0	0.2
12. Química	55.4	10.8	47.9	10.5	16.7	27.9
13. Deriv. de Petróleo e Carvão	0.0	0.0	0.0	23.8	0.0	6.9
14. Minerais não metálicos	0.0	0.0	0.7	0.0	0.4	0.3
15. Metálicas Básicas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
16. Prod. Metálicos, exceto maq.	44.6	0.0	5.1	3.4	3.9	5.1
17. Maquinaria, exceto eléctrica	0.0	4.0	0.0	0.0	0.0	0.8
18. Maquinaria Eléctrica	0.0	0.0	12.5	1.5	52.5	8.3
19. Material de Transporte	0.0	82.2	23.1	33.2	0.5	36.3
20. Manuf. Diversas	0.0	3.1	5.3	0.3	0.0	2.9

TABELA 3 (Cont.)

Classificação por Atividade	Circ. BCRA 2324/55	1958 Circ. BCRA 2881/57	Dec. 1594/58 e 2483/58	TOTAL
I. AGRICULTURA				0.0
1. Agricultura				0.0
2. Pesca				0.0
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS		100.0		100.0
1. Extração de minerais metálicos		0.0		0.0
2. Petróleo e Gás		100.0		100.0
3. Extração de minerais não metálicos		0.0		0.0
III. INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	100.0	100.0	100.0	100.0
1. Alimentos	0.0	34.7	0.0	1.5
2. Bebidas	0.0	0.0	0.0	0.0
3. fumo	0.0	0.0	0.0	0.0
4. Têxtis	0.0	0.2	1.8	1.3
5. Calçado	0.0	0.0	0.0	0.0
6. Madeira e Cortiça	0.0	0.0	0.0	0.0
7. Mobiliário	0.0	0.0	0.0	0.0
8. Papel	0.0	0.0	0.0	0.0
9. Editorial e Gráfica	0.0	0.0	0.0	0.0
10. Couros e Peles	0.0	4.8	0.0	0.2
11. Produtos de Borracha	0.0	0.0	0.0	0.0
12. Química	100.0	41.4	2.8	29.0
13. Deriv. de Petróleo e Carvão	0.0	0.0	34.1	24.0
14. Minerais não metálicos	0.0	0.0	0.0	0.0
15. Metálicas Básicas	0.0	0.0	0.0	0.0
16. Prod. Metálicos, exceto maq.	0.0	15.0	5.3	4.4
17. Maquinaria, exceto eléctrica	0.0	0.0	43.5	30.6
18. Maquinaria Eléctrica	0.0	4.0	1.0	0.9
19. Material de Transporte	0.0	0.0	10.1	7.1
20. Manuf. Diversas	0.0	0.0	1.3	0.9

TABELA 3 (Cont.)

Classificação por Atividade	1959	1959	1960	1961	1962	TOTAL
	Dec. 1594 e 2483/58			Lei 14780/58		
I. AGRICULTURA		100.0		100.0	100.0	100.0
1. Agricultura		100.0		0.0	0.0	93.9
2. Pesca		0.0		100.0	100.0	6.1
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS					100.0	100.0
1. Extração de minerais metálicos					0.0	0.0
2. Petróleo e Gás					0.0	27.7
					100.0	0.0
III. INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1. Alimentos	1.6	0.4	2.0	3.2	1.5	1.6
2. Bebidas	0.0	0.3	0.0	0.0	0.0	0.1
3. fumo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
4. Têxtil	0.0	0.4	0.0	0.0	1.0	0.4
5. Calçado	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
6. Madeira e Cortiza	71.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3
7. Mobiliário	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
8. Papel	0.0	1.3	0.0	0.0	0.0	0.5
9. Editorial e Gráfica	4.9	0.0	0.1	0.9	0.4	0.3
10. Couros e Peles	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0
11. Produtos de Borracha	0.0	1.6	2.5	0.0	0.0	1.1
12. Química	0.5	43.1	57.7	4.9	15.4	32.1
13. Deriv. de Petróleo e Carvão	0.0	10.8	2.8	21.5	0.0	11.0
14. Minerais não metálicos	0.0	0.0	0.0	0.3	1.9	0.4
15. Metálicas Básicas	0.0	0.0	5.1	21.4	1.7	6.4
16. Prod. Metálicos, exceto maq.	2.3	2.9	5.9	7.3	61.5	12.6
17. Maquinaria, exceto eléctrica	0.0	2.9	3.2	1.5	5.8	4.6
18. Maquinaria Eléctrica	0.0	5.0	1.2	0.6	0.2	2.3
19. Material de Transporte	19.1	31.1	19.0	38.2	3.5	25.2
20. Manuf. Diversas	0.0	0.2	0.4	0.2	6.9	1.2

TABELA 3 (Cont.)

Classificação por Atividade	1963	1964	1965 Lei 14780/58	1966	TOTAL
I. AGRICULTURA					
1.Agricultura					
2.Pesca					
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS				100.0	100.0
1.Extração de minerais metálicos				0.0	0.0
2.Petróleo e Gás				0.0	0.0
2.Petróleo e Gás				100.0	100.0
III.INDÚSTRIA DE TRANSFORM.	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1.Alimentos	1.3	0.0	15.4	21.6	2.4
2.Bebidas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
3.fumo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
4.Téxtis	1.3	0.0	0.0	0.0	0.6
5.Calçado	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
6.Madeira e Cortiza	0.0	0.2	0.0	0.0	0.1
7.Mobiliário	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
8.Papel	0.0	1.0	0.0	0.0	0.5
9.Editorial e Gráfica	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
10.Couros e Peles	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
11.Produtos de Borracha	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
12.Química	4.3	3.2	6.7	10.6	4.1
13.Deriv. de Petróleo e Carvão	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
14.Minerais não metálicos	3.4	0.0	0.0	0.0	1.5
15.Metálicas Básicas	0.7	13.3	0.0	0.0	6.5
16.Prod. Metálicos, exceto maq.	21.3	0.5	18.9	0.0	11.0
17.Maquinaria, exceto eléctrica	21.7	18.6	41.9	15.9	21.7
18.Maquinaria Eléctrica	0.0	0.9	0.0	37.3	1.4
19.Material de Transporte	45.9	61.3	0.0	14.7	48.6
20.Manuf. Diversas	0.0	1.0	17.1	0.0	1.8

TABELA 4

Argentina

Registros Anuais de Investimentos Estrangeiros por Atividade
Formas de Ingresso do Investimento Total Registrado 1954-1970

Classificação por Atividade	EM MILHARES DE US\$			PORCENTAGEM	
	TOTAL	BENS	DIVISAS	BENS	DIVISAS
I. AGRICULTURA	5089,2	1669,2	3420,0	32,8	67,2
1. Agricultura	4787,6	1367,6	3420,0	28,6	71,4
2. Pesca	301,6	301,6	0,0	100,0	0,0
II. EXPLORAÇÃO DE MINAS E CANTEIRAS	1937,1	1648,1	289,0	85,1	14,9
1. Extração de minerais metálicos	150,0	68,2	81,8	45,5	54,5
2. Petróleo e Gás	1787,1	1579,9	207,2	88,4	11,6
III. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	749991,1	681883,7	68107,4	90,9	9,1
1. Alimentos	14792,7	7613,5	7179,2	51,5	48,5
2. Bebidas	605,5	605,5	0,0	100,0	0,0
3. Fumo	1800,0	1098,0	702,0	61,0	39,0
4. Têxtil	4793,8	4473,4	320,4	93,3	6,7
5. Calçado	220,0	220,0	0,0	100,0	0,0
6. Madeira e Cortiza	2025,1	2025,1	0,0	100,0	0,0
7. Mobiliário					
8. Papel	3268,9	2063,5	1205,4	63,1	36,9
9. Editorial e Gráfica	1963,1	589,9	1373,2	30,0	70,0
10. Couros e Peles	646,4	594,7	51,7	92,0	8,0
11. Produtos de Borracha	5972,8	5972,8	0,0	100,0	0,0
12. Química	195334,1	182999,6	12334,5	93,7	6,3
13. Deriv. de Petróleo e Carvão	87303,6	85843,5	1460,1	98,3	1,7
14. Minerais não metálicos	5965,4	4282,7	1682,7	71,8	28,2
15. Metálicas Básicas	40077,9	33895,4	6182,5	84,6	15,4
16. Prod. Metálicos, exceto maquinaria	82138,8	76120,4	6018,4	92,7	7,3
17. Maquinaria, exceto eléctrica	44698,4	34387,6	10310,8	76,9	23,1
18. Maquinaria Eléctrica	15412,7	14291,9	1120,8	92,7	7,3
19. Material de Transporte	225456,1	209226	16230,1	92,8	7,2
20. Manuf. Diversas	17515,8	14680,2	2835,6	83,8	16,2
IV. ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUA					
V. CONSTRUÇÃO	12076,7	5498,4	6578,3	45,5	54,5
VI. SERVIÇOS	5590,4	5048,7	541,7	90,3	9,7
TOTAL	774684,5	695748,1	78936,4	89,81	10,2

Fonte: Schroeder (1976)

TABELA 5

Argentina

Registros Anuais de Investimentos Estrangeiros
Origem dos Capitais
(em % do Total)

PAÍS DE ORIGEM	1958			TOTAL
	Circular BCRA 2324/55	Circular BCRA 2881/57	Decreto 1594/58 e 2483/58	
1 Estados Unidos	98,76	40,62	15,50	35,93
2 Europa	0,00	39,59	44,82	34,24
2,1 Alemanha	0,00	28,75	0,86	2,06
2,2 Áustria	0,00	0,00	0,00	0,00
2,3 Bélgica	0,00	0,00	1,63	1,17
2,4 França	0,00	0,00	0,00	0,00
2,5 Holanda	0,00	0,00	30,39	21,87
2,6 Inglaterra	0,00	0,04	11,94	8,59
2,7 Itália	0,00	1,34	0,00	0,07
2,8 Luxemburgo	0,00	0,00	0,00	0,00
2,9 Suíça	0,00	9,46	0,00	0,47
3 Canadá	0,00	0,00	0,00	0,00
4 Japão	0,00	0,00	0,00	0,00
5 Fundos Argentinos no Exterior	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,91	0,00 0,66
6 Resto	1,24	19,79	38,77	29,17
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

1/2

Fonte: Schroeder (1976)

TABELA 5 (Cont.)

PAÍS DE ORIGEM	1959	1959	1960	1961	1962	TOTAL
	Decreto 1594/58 e 2483/58			Lei 14780/58		
1 Estados Unidos	22,43	48,28	61,85	55,89	83,40	57,05
2 Europa	77,57	50,29	20,32	37,33	11,96	34,86
2.1 Alemanha	71,47	6,44	10,45	1,15	3,15	5,46
2.2 Áustria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 Bélgica	0,00	0,90	0,17	0,10	0,00	0,45
2.4 França	0,00	8,90	0,88	1,13	2,20	3,96
2.5 Holanda	0,00	10,70	0,01	0,01	0,00	5,22
2.6 Inglaterra	5,44	2,49	2,28	16,81	0,71	5,89
2.7 Itália	0,00	4,05	3,52	3,34	3,05	3,37
2.8 Luxemburgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9 Suíça	0,66	16,82	3,00	14,79	2,85	10,51
3 Canadá	0,00	0,00	5,05	5,25	0,00	2,20
4 Japão	0,00	0,00	0,00	0,13	0,00	0,03
5 Fundos Argentinos no Exterior	0,00 0,00	0,00 0,05	0,00 0,11	0,00 0,05	0,00 0,00	0,00 0,09
6 Resto	0,00	1,37	12,67	1,35	4,64	5,77
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

2/2

TABELA 6.1

Argentina

Distribuição setorial dos investimentos estrangeiros
(milhares de dólares)

Atividade	1955/57	1958/62	1963/66	1967/72	Total
Alimentos	747,10	8582,00	1527,00	4574,00	15430,10
Têxtils	4526,80	1808,00	425,00	791,00	7550,80
Celulosa e Papel	314,40	4328,00	327,00	6922,00	11891,40
Química e Petroq.	15494,90	229766,00	4109,00	57421,00	306790,90
Metálicas, exc. Maq. e Equipo	1760,80	39449,00	12169,00	6246,00	59624,80
Maq. não elétrica	7506,50	26289,00	16549,00	7856,00	58200,50
Material de Transporte	9611,50	135646,00	35682,00	43984,00	224923,50
Diversas	5991,70	79182,00	2260,00	3832,00	91265,70
Total Industria	45953,70	525050,00	73048,00	131626,00	775677,70

Fonte: Kosacoff e Aspiazu (1989)

TABELA 6.2

Argentina

Distribuição setorial dos investimentos estrangeiros
(em porcentagem)

Atividade	1955/57	1958/62	1963/66	1967/72	Total
Alimentos	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02
Têxtis	0,10	0,00	0,01	0,01	0,01
Celulosa e Papel	0,01	0,01	0,00	0,05	0,02
Química e Petroq.	0,34	0,44	0,06	0,44	0,40
Metálicas, exc. Maq. e Equipo	0,04	0,08	0,17	0,05	0,08
Maq. não elétrica	0,16	0,05	0,23	0,06	0,08
Material de Transporte	0,21	0,26	0,49	0,33	0,29
Diversas	0,13	0,15	0,03	0,03	0,12
Total Industria	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Kosacoff e Aspiazu (1989)

TABELA 6.3

Argentina

Distribuição temporal dos investimentos estrangeiros 1957/72
(em percentagem)

Atividade	1955/57	1958/62	1963/66	1967/72	Total
Alimentos	0,05	0,56	0,10	0,30	1,00
Têxtis	0,60	0,24	0,06	0,10	1,00
Celulosa e Papel	0,03	0,36	0,03	0,58	1,00
Química e Petroq.	0,05	0,75	0,01	0,19	1,00
Metálicas, exc. Maq. e Equipo	0,03	0,66	0,20	0,10	1,00
Maq. não elétrica	0,13	0,45	0,28	0,13	1,00
Material de Transporte	0,04	0,60	0,16	0,20	1,00
Diversas	0,07	0,87	0,02	0,04	1,00
Total Industria	0,06	0,68	0,09	0,17	1,00

Fonte: Kosacoff e Aspiazu (1989)

TABELA 7

Argentina

Investimentos diretos dos EUA
(milhões de US\$)

Ano	Investimentos Acumulados	Lucros			Investimentos Diretos
		Totais	Enviados ao exterior	Reinvestidos	
1958	330	12	11	1	-4
1959	366	24	10	14	22
1960	472	46	10	36	70
1961	660	106	42	64	124
1962	799	73	41	32	107
1963	829	52	55	-3	33
1964	882	91	62	29	24
1965	992	133	46	87	23

Fonte: CEPAL (1986)

TABELA 8.1

Argentina

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores, por Ramos de Atividade
 Variação Anual (%)
 (a preços de 1960)

Ano	Agricult. e outros	Minas e canteiras	Ind. manu- fatureiras	Elect, gas e agua agua	Construção	Comércio	Transporte	Estab. financ.	Serviços	Total
1951	6,82	16,18	2,62	7,32	2,42	3,87	3,77	3,08	2,87	3,88
1952	-14,24	6,39	-1,89	7,13	-8,08	-7,02	-6,86	3,58	0,93	-5,09
1953	30,74	7,30	-0,56	6,37	-0,45	-1,67	2,77	1,38	2,20	5,42
1954	-0,57	5,80	7,92	8,84	-4,28	6,18	4,82	2,91	3,16	4,08
1955	4,12	3,97	12,23	7,62	2,52	9,84	5,14	4,44	1,81	7,11
1956	-4,57	2,55	6,93	8,71	-2,99	4,47	0,42	2,13	4,49	2,78
1957	-0,49	6,91	7,90	3,95	17,39	6,56	5,44	2,38	2,19	5,13
1958	4,35	7,13	8,36	8,32	18,68	5,53	5,25	5,33	1,35	6,12
1959	-1,02	15,33	-10,34	1,90	-24,80	-11,12	-3,36	0,73	2,36	-6,45
1960	1,66	37,85	10,06	6,89	19,48	12,89	6,18	1,67	2,96	7,84
1961	-0,65	30,77	10,02	20,03	5,81	11,20	6,60	3,14	3,50	7,13
1962	4,05	12,58	-5,52	13,86	-8,25	-3,95	-3,67	2,78	2,99	-1,62
1963	1,94	-0,26	-4,06	6,50	-5,88	-8,02	-2,49	1,62	2,06	-2,40
1964	6,98	1,79	18,85	9,46	4,26	9,20	10,79	1,47	3,57	10,35
1965	5,93	3,78	13,80	15,25	3,83	10,28	9,20	3,72	3,56	9,14

Fonte: B.C.R.A. (1975)

TABELA 8.2

Argentina

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores, por Ramos de Atividade
Composição Percentual
(a preços de 1960)

Ano	Agricult. e outros	Mínas e canteiras	Ind. manu- fatureiras	Elect, gas e agua	Construção	Comércio	Transporte	Estab. financ.	Serviços	Total
1950	18,01	0,55	27,88	0,87	4,80	19,42	8,45	4,04	15,98	100,00
1951	18,52	0,61	27,54	0,90	4,73	19,42	8,44	4,01	15,83	100,00
1952	16,73	0,68	28,47	1,02	4,58	19,02	8,29	4,38	16,83	100,00
1953	20,75	0,70	26,85	1,02	4,33	17,74	8,08	4,21	16,32	100,00
1954	19,83	0,71	27,85	1,07	3,98	18,10	8,14	4,16	16,17	100,00
1955	19,27	0,69	29,18	1,08	3,81	18,56	7,99	4,06	15,37	100,00
1956	17,89	0,69	30,36	1,14	3,60	18,87	7,80	4,03	15,63	100,00
1957	16,94	0,70	31,16	1,13	4,02	19,12	7,83	3,93	15,19	100,00
1958	16,66	0,70	31,81	1,15	4,49	19,02	7,76	3,90	14,51	100,00
1959	17,62	0,87	30,49	1,25	3,61	18,07	8,02	4,20	15,87	100,00
1960	16,61	1,11	31,12	1,24	4,00	18,91	7,89	3,96	15,15	100,00
1961	15,41	1,36	31,96	1,39	3,95	19,63	7,86	3,81	14,64	100,00
1962	16,29	1,55	30,69	1,61	3,68	19,17	7,69	3,98	15,33	100,00
1963	17,02	1,58	30,17	1,76	3,55	18,06	7,68	4,15	16,03	100,00
1964	16,50	1,46	32,49	1,74	3,36	17,88	7,72	3,81	15,04	100,00
1965	16,01	1,39	33,88	1,84	3,19	18,06	7,72	3,62	14,28	100,00

Fonte: B.C.R.A. (1975)

TABELA 9.1

Argentina

Produto Industrial Bruto a Custo de Fatores - Variação Anual(%)
(a preços de 1960)

Ano	Alimento, Bebidas e Fumo	Têxtil, Confecções e Couro	Borracha, Químicos e Deriv. do Petróleo	Indústrias metálicas básicas	Fab. de prod. metálicos, maq. y equipo	Outros	Total
1951	-4,12	3,75	9,74	16,67	3,47	3,65	2,63
1952	-2,26	-2,12	3,61	-6,07	5,38	-9,68	-1,88
1953	1,10	-4,23	0,82	3,33	2,91	-2,69	-0,56
1954	2,88	2,72	13,62	43,55	10,15	9,91	7,91
1955	9,28	9,48	10,52	21,63	21,91	9,38	12,23
1956	9,22	6,17	5,62	0,00	10,73	3,29	6,94
1957	0,39	0,00	11,61	12,47	20,35	9,23	7,90
1958	10,47	3,12	6,53	24,33	10,30	7,25	8,35
1959	-10,73	-12,53	-4,04	-8,84	-9,34	-14,15	-10,34
1960	-0,79	5,27	8,33	6,16	32,09	1,38	10,05
1961	5,31	2,30	13,30	20,39	13,91	11,96	10,02
1962	4,36	-18,77	0,44	-7,80	-7,21	-5,76	-5,52
1963	1,92	-5,53	-0,87	2,69	-9,18	-6,53	-4,05
1964	2,24	21,39	20,81	41,69	30,01	12,08	18,85
1965	7,32	15,13	14,97	12,89	16,34	14,97	13,81

Fonte: B.C.R.A. (1975)

TABELA 9.2

Argentina

Produto Industrial Bruto a Custo de Fatores - Composição Porcentual
(a preços de 1960)

Ano	Alimento, Bebidas e Fumo	Têxtil, Confecções e Couro	Borracha, Químicos e Deriv. do Petróleo	Indústrias metálicas básicas	Fab. de prod. metálicos, maq. y equipo	Outros	Total
1950	26,14	23,81	11,69	2,28	15,88	20,21	100,00
1951	24,43	24,08	12,50	2,59	16,01	20,41	100,00
1952	24,33	24,02	13,20	2,48	17,19	18,79	100,00
1953	24,74	23,13	13,38	2,58	17,79	18,38	100,00
1954	23,58	22,02	14,09	3,43	18,16	18,73	100,00
1955	22,96	21,48	13,87	3,71	19,73	18,25	100,00
1956	23,45	21,32	13,70	3,47	20,43	17,63	100,00
1957	21,82	19,76	14,17	3,62	22,78	17,84	100,00
1958	22,25	18,81	13,93	4,15	23,20	17,66	100,00
1959	22,15	18,35	14,91	4,22	23,45	16,91	100,00
1960	19,97	17,55	14,68	4,07	28,15	15,58	100,00
1961	19,11	16,32	15,12	4,46	29,14	15,85	100,00
1962	21,11	14,03	16,07	4,35	28,62	15,81	100,00
1963	22,43	13,81	16,61	4,65	27,10	15,40	100,00
1964	19,29	14,11	16,88	5,55	29,64	14,53	100,00
1965	18,19	14,27	17,05	5,50	30,30	14,68	100,00

Fonte: B.C.R.A. (1975)

Tabela 10

Argentina

Investimento Bruto Interno Fixo - Variação Anual (%)

Ano	Construção			Equipamentos Duráveis de Produção			IBIF
	Total	Privada	Publica	Total	Eq. de Transp.	Maq. y otros	
1951	7,06	5,30	10,87	54,12	140,86	32,70	23,11
1952	-9,71	-8,23	-12,75	-12,80	-17,18	-10,84	-11,03
1953	1,83	-3,38	13,12	-5,33	2,42	-8,56	-1,17
1954	-3,33	1,05	-11,44	-4,94	-20,96	2,53	-3,98
1955	3,87	12,05	-13,40	34,47	23,44	38,43	16,01
1956	1,60	8,25	-16,59	12,08	21,87	8,95	6,42
1957	9,96	4,70	28,62	9,29	47,98	-4,59	9,64
1958	15,15	7,05	38,52	2,41	-31,63	21,35	9,00
1959	-23,93	-27,94	-14,98	-17,20	-2,92	-21,67	-20,87
1960	20,89	12,66	36,47	84,60	141,36	62,55	51,15
1961	4,52	3,10	6,75	25,29	21,94	27,22	16,57
1962	-9,94	-6,18	-15,61	-8,33	-2,36	-11,62	-8,93
1963	-6,47	-12,27	3,26	-20,48	-24,44	-18,06	-15,26
1964	7,36	13,81	-1,83	13,48	22,70	8,29	10,97
1965	3,45	10,41	-8,03	5,09	14,00	-0,60	4,44

Fonte: B.C.R.A. (1975)

Tabela 11

Argentina

Investimento Bruto Interno Fixo - Composição Porcentual

Ano	Construção			Equipamentos Duráveis de Produção			IBIF
	Total	Privada	Publica	Total	Eq. de Transp.	Maq. y otros	
1950	65,88	45,10	20,79	34,12	6,76	27,36	100,00
1951	57,29	38,57	18,72	42,71	13,22	29,49	100,00
1952	58,14	39,79	18,36	41,86	12,31	29,55	100,00
1953	59,91	38,90	21,01	40,09	12,75	27,34	100,00
1954	60,31	40,93	19,38	39,69	10,50	29,19	100,00
1955	53,99	39,53	14,46	46,01	11,17	34,84	100,00
1956	51,55	40,21	11,33	48,45	12,79	35,66	100,00
1957	51,70	38,40	13,30	48,30	17,27	31,03	100,00
1958	54,62	37,72	16,90	45,38	10,83	34,55	100,00
1959	52,51	34,35	18,16	47,49	13,29	34,20	100,00
1960	42,00	25,60	16,40	58,00	21,22	36,78	100,00
1961	37,66	22,64	15,01	62,34	22,20	40,15	100,00
1962	37,24	23,33	13,91	62,76	23,80	38,96	100,00
1963	41,11	24,15	16,95	58,89	21,22	37,67	100,00
1964	39,77	24,77	15,00	60,23	23,47	36,76	100,00
1965	39,40	26,19	13,21	60,60	25,61	34,99	100,00

Fonte: B.C.R.A. (1975)

TABELA 12

Argentina

Relação I.B.I.Fixo / P.I. Bruto (a preços de mercado)

Ano	IBIF/ PBI
1950	0,15
1951	0,18
1952	0,17
1953	0,16
1954	0,14
1955	0,16
1956	0,16
1957	0,17
1958	0,17
1959	0,15
1960	0,21
1961	0,22
1962	0,21
1963	0,18
1964	0,18
1965	0,17

Fonte: B.C.R.A. (1975)

TABELA 13.1

Argentina

I.B.I.F en Maq. e Equipamento
Participação por origem

Período	Equip. de transporte importado	Maquinaria e Equip. importado	Total importado	Equip. de transp. nacional	Maquinaria e Equip. nacional	Total nacional
1946/48	0,46	0,33	0,78	0,01	0,20	0,22
1949/51	0,18	0,45	0,63	0,02	0,35	0,37
1952/55	0,13	0,38	0,52	0,06	0,43	0,48
1956/58	0,15	0,27	0,42	0,07	0,50	0,58
1959/61	0,06	0,30	0,36	0,26	0,38	0,64
1962/64	0,07	0,30	0,37	0,30	0,33	0,63

Fonte: Diaz Alejandro (1983)

TABELA 13.2

Argentina

I.B.I.F en Maq. e Equipamento
Participação por origen

Período	Equip. de transporte importado	Maquinaria e Equip. importado	Total importado	Equip. de transp. nacional	Maquinaria e Equip. nacional	Total nacional
1946/48	0,58	0,42	1,00	0,05	0,95	1,00
1949/51	0,29	0,71	1,00	0,05	0,95	1,00
1952/55	0,26	0,74	1,00	0,12	0,88	1,00
1956/58	0,36	0,64	1,00	0,13	0,87	1,00
1959/61	0,16	0,84	1,00	0,41	0,59	1,00
1962/64	0,18	0,82	1,00	0,48	0,52	1,00

Fonte: Diaz Alejandro (1983)

TABELA 14.1

Argentina

Composição do I.B.F. em Maquinária e Equipamento

Ano	Equipamento de transporte			Maquinária e Equipamento		
	importado	nacional	Total	importado	nacional	Total
1946/48	0,46	0,01	0,47	0,33	0,20	0,53
1949/51	0,18	0,02	0,20	0,45	0,35	0,80
1952/55	0,13	0,06	0,19	0,38	0,43	0,81
1956/58	0,15	0,07	0,23	0,27	0,50	0,77
1959/61	0,06	0,26	0,32	0,30	0,38	0,68
1962/64	0,07	0,30	0,37	0,30	0,33	0,63

Fonte: D. Alejandro (1983)

TABELA 14.2

Argentina

Origem da I.B.F. en Maq. y Equipamento

Período	Equipamento de transporte			Maquinaria e Equipamento		
	importado	nacional	Total	importado	nacional	Total
1946/48	0,98	0,02	1,00	0,62	0,38	1,00
1949/51	0,91	0,09	1,00	0,56	0,44	1,00
1952/55	0,70	0,30	1,00	0,47	0,53	1,00
1956/58	0,67	0,33	1,00	0,35	0,65	1,00
1959/61	0,18	0,82	1,00	0,44	0,56	1,00
1962/64	0,18	0,82	1,00	0,48	0,52	1,00

Fonte: D. Alejandro (1983)

TABELA 15.1

Argentina

Importações por setores 1950-1965
(milhões de dolares)

Ano	Alimentos	Têxtil	Química	Madeira	Ferro	Maquinas
1950	54,95	113,75	63,62	74,23	147,49	193,76
1951	64,96	136,67	114,98	123,47	220,07	218,37
1952	78,99	106,27	58,41	94,52	147,87	174,59
1953	66,54	68,35	50,06	53,26	64,40	184,87
1954	99,96	62,74	88,58	89,71	151,05	171,52
1955	82,01	48,32	90,78	136,51	185,89	238,99
1956	79,47	25,65	78,09	82,43	161,43	309,87
1957	68,77	48,86	96,03	100,85	162,19	334,63
1958	80,19	36,44	76,91	94,47	216,70	324,35
1959	33,09	39,56	72,27	55,04	194,42	259,85
1960	36,45	38,85	62,20	46,73	204,26	533,79
1961	42,74	34,39	90,00	72,30	215,68	661,24
1962	39,55	47,76	81,18	49,11	144,64	730,58
1963	34,87	35,32	77,06	45,77	101,24	481,14
1964	53,40	51,30	114,90	67,70	134,80	339,30
1965	66,00	52,00	135,00	88,00	190,00	277,00

TABELA 15.1 (cont.)

Ano	Combustivel	Outros	Total
1950	118,57	197,62	964,00
1951	220,17	381,31	1480,00
1952	247,40	270,95	1179,00
1953	192,56	114,97	795,00
1954	181,04	134,40	979,00
1955	203,23	187,25	1173,00
1956	250,66	140,40	1128,00
1957	317,49	181,19	1310,00
1958	251,42	152,53	1233,00
1959	211,39	127,39	993,00
1960	155,99	171,01	1249,27
1961	129,74	214,31	1460,38
1962	91,61	172,07	1356,50
1963	57,42	147,85	980,68
1964	83,70	232,10	1077,20
1965	115,00	275,00	1198,00

Fonte: Fundação Banco de Boston y D.N.E. y Censos

TABELA 15.2

Argentina

Importações por setores 1950-1965
(estrutura porcentual)

Ano	Alimentos	Têxtil	Química	Madeira	Ferro	Maquinas
1950	0,06	0,12	0,07	0,08	0,15	0,20
1951	0,04	0,09	0,08	0,08	0,15	0,15
1952	0,07	0,09	0,05	0,08	0,13	0,15
1953	0,08	0,09	0,06	0,07	0,08	0,23
1954	0,10	0,06	0,09	0,09	0,15	0,18
1955	0,07	0,04	0,08	0,12	0,16	0,20
1956	0,07	0,02	0,07	0,07	0,14	0,27
1957	0,05	0,04	0,07	0,08	0,12	0,26
1958	0,07	0,03	0,06	0,08	0,18	0,26
1959	0,03	0,04	0,07	0,06	0,20	0,26
1960	0,03	0,03	0,05	0,04	0,16	0,43
1961	0,03	0,02	0,06	0,05	0,15	0,45
1962	0,03	0,04	0,06	0,04	0,11	0,54
1963	0,04	0,04	0,08	0,05	0,10	0,49
1964	0,05	0,05	0,11	0,06	0,13	0,31
1965	0,06	0,04	0,11	0,07	0,16	0,23

TABELA 15.2 (cont.)

Ano	Combustivel	Outros	Total
1950	0,12	0,21	1,00
1951	0,15	0,26	1,00
1952	0,21	0,23	1,00
1953	0,24	0,14	1,00
1954	0,18	0,14	1,00
1955	0,17	0,16	1,00
1956	0,22	0,12	1,00
1957	0,24	0,14	1,00
1958	0,20	0,12	1,00
1959	0,21	0,13	1,00
1960	0,12	0,14	1,00
1961	0,09	0,15	1,00
1962	0,07	0,13	1,00
1963	0,06	0,15	1,00
1964	0,08	0,22	1,00
1965	0,10	0,23	1,00

Fonte: Fundação Banco de Boston y D.N.E. y Censos

TABELA 15.3

Argentina

Importações por setores 1950-1965
 Variação Anual (em %)

Ano	Alimentos	Têxtil	Química	Madeira	Ferro	Maquinas
1951	18,22	20,14	80,72	66,34	49,21	12,70
1952	21,60	-22,24	-49,20	-23,45	-32,81	-20,05
1953	-15,76	-35,69	-14,30	-43,65	-56,45	5,89
1954	50,22	-8,20	76,95	68,43	134,54	-7,22
1955	-17,96	-22,98	2,49	52,18	23,07	39,34
1956	-3,10	-46,93	-13,98	-39,62	-13,16	29,66
1957	-13,47	90,53	22,97	22,34	0,47	7,99
1958	16,60	-25,43	-19,91	-6,32	33,61	-3,07
1959	-58,73	8,57	-6,03	-41,74	-10,28	-19,89
1960	10,16	-1,79	-13,94	-15,11	5,06	105,42
1961	17,24	-11,48	44,70	54,73	5,59	23,88
1962	-7,46	38,88	-9,80	-32,07	-32,93	10,49
1963	-11,82	-26,05	-5,08	-6,80	-30,00	-34,14
1964	53,13	45,25	49,11	47,90	33,14	-29,48
1965	23,60	1,36	17,49	29,99	40,95	-18,36

TABELA 15.3 (cont.)

Ano	Combustivel	Outros	Total
1951	85,68	92,95	53,53
1952	12,37	-28,94	-20,34
1953	-22,17	-57,57	-32,57
1954	-5,98	16,91	23,14
1955	12,26	39,32	19,82
1956	23,34	-25,02	-3,84
1957	26,66	29,05	16,13
1958	-20,81	-15,82	-5,88
1959	-15,92	-16,48	-19,46
1960	-26,21	34,25	25,81
1961	-16,83	25,32	16,90
1962	-29,39	-19,71	-7,11
1963	-37,32	-14,08	-27,71
1964	45,77	56,99	9,84
1965	37,40	18,48	11,21

Fonte: Fundação Banco de Boston y D.N.E. y Censos

TABELA 16.1

Argentina

Importações de Bens de Capital 1950-1964
(milhões de pesos de 1960)

Ano	Importações de Bens de Capital (1)	Total de Importações de Mercadorias (2)	(1)/(2)
1950	28,0	89,3	0,31
1951	30,3	97,9	0,31
1952	26,9	71,4	0,38
1953	21,7	56,0	0,39
1954	19,2	75,7	0,25
1955	19,9	89,9	0,22
1956	20,0	82,7	0,24
1957	21,0	93,4	0,22
1958	19,9	97,5	0,20
1959	19,3	84,3	0,23
1960	35,1	103,3	0,34
1961	40,5	124,0	0,33
1962	49,2	113,2	0,43
1963	35,0	84,3	0,42
1964	27,4	91,8	0,30

Fonte: D. Alejandro (1983)

TABELA 16.2

Argentina

Importações de Bens de Capital 1950-1964
Variação Anual (em %)

Ano	Importações de Bens de Capital (1)	Total de Importações de Mercadorias (2)	(1)/(2)
1951	8,21	9,63	-1,29
1952	-11,22	-27,07	21,73
1953	-19,33	-21,57	2,85
1954	-11,52	35,18	-34,55
1955	3,65	18,76	-12,73
1956	0,50	-8,01	9,25
1957	5,00	12,94	-7,03
1958	-5,24	4,39	-9,22
1959	-3,02	-13,54	12,17
1960	81,87	22,54	48,41
1961	15,38	20,04	-3,88
1962	21,48	-8,71	33,07
1963	-28,86	-25,53	-4,47
1964	-21,71	8,90	-28,11

Fonte: D. Alejandro (1983)

TABELA 17

Argentina

Importações de Equipamentos como Investimento Direto 1959-1965
(milhões de dolares)

Ano	Importações de bens de capital (1)	Investimentos Extranjeros Diretos		Importaciones Totales (4)	(1)/(4)	(3)/(1)	(3)/(2)
		Total (2)	Bens (3)				
1959	181,70	90,00	n/d	993,00	0,18	n/d	n/d
1960	419,70	93,50	93,50	1249,27	0,34	0,22	1,00
1961	493,80	98,40	70,70	1460,38	0,34	0,14	0,72
1962	556,40	71,80	56,00	1356,50	0,41	0,10	0,78
1963	372,00	77,90	68,80	980,68	0,38	0,18	0,88
1964	208,90	27,00	20,00	1077,20	0,19	0,10	0,74
1965	154,60	44,90	12,00	1198,00	0,13	0,08	0,27

Fonte: Altimir (1969)

TABELA 18

Argentina

Estabelecimentos, Ocupação e Produção por Rama Industrial
(1954 y 1964)

RAMA	Estabelecimentos		1954		Producción	
			Ocupacion		(milh. de \$ m/n)	
	No.	%	No.	%	No.	%
Alimentos e Bebidas	22820	0,15	183389	0,18	21858	0,28
Fumo	112	0,00	9365	0,01	1732	0,02
Têxtil	5967	0,04	145228	0,14	9877	0,13
Confecções	15387	0,10	48656	0,05	5230	0,07
Madeira	19943	0,13	96334	0,10	3269	0,04
Papel y Papelão	952	0,01	17912	0,02	1589	0,02
Grafica e Editorial	3691	0,02	25635	0,03	1763	0,02
Produtos Químicos	2711	0,02	44360	0,04	5477	0,07
Derivados de Petroleo	68	0,00	6394	0,01	3058	0,04
Borracha	525	0,00	13788	0,01	997	0,01
Couro	8059	0,05	35743	0,04	2473	0,03
Vidro e Cerámica	12281	0,08	62905	0,06	2938	0,04
Metais	18331	0,12	112833	0,11	6962	0,09
Vehiculo e Maquinaria	25404	0,17	144877	0,14	6293	0,08
Maquinas e Ap. electrico	4480	0,03	33989	0,03	2928	0,04
Outros	7640	0,05	27681	0,03	1422	0,02
Total	148371	1,00	1009089	1,00	77866	1,00

TABELA 18 (cont.)

1964

RAMA	Estabelecimentos		Ocupacion (Operarios)		Produccion (milh. de \$ m/n)	
	No.	%	No.	%	No.	%
Alimentos	18767	0,13	151493	0,17	279853	0,24
Bebidas	6966	0,05	26444	0,03	45413	0,04
Fumo	117	0,00	6601	0,01	24259	0,02
Têxtil	5764	0,04	106029	0,12	124226	0,10
Confecções e Calçado	11496	0,08	57399	0,06	56070	0,05
Madeira	9344	0,07	26940	0,03	14702	0,01
Móveis	8003	0,06	17432	0,02	10837	0,01
Papel y Papelão	1096	0,01	18040	0,02	26594	0,02
Grafica e Editorial	4171	0,03	27821	0,03	22993	0,02
Produtos Químicos	2964	0,02	45645	0,05	89534	0,08
Derivados de Petroleo	126	0,00	8980	0,01	87423	0,07
Borracha	1968	0,01	11947	0,01	21197	0,02
Couro	1206	0,01	8058	0,01	9004	0,01
Mineráis não metálicos	9949	0,07	52617	0,06	35926	0,03
Metálicas básicas	1351	0,01	36092	0,04	59314	0,05
Produtos metálicos	16664	0,12	69181	0,08	52430	0,04
Maquinaria	7103	0,05	51281	0,06	54692	0,05
Maquinaria elétrica	4574	0,03	32015	0,04	35854	0,03
Material de transporte	26997	0,19	134973	0,15	117830	0,10
Outros	4461	0,03	19994	0,02	20388	0,02
Total	143087	1,00	908982	1,00	1188539	1,00

Fonte: Sourrouille y Lucangeli (1980)

TABELA 19
Argentina
Taxa de Lucro e de crescimento do capital de empresas dos EUA
(em porcentagem)

Ano	<u>Lucros</u> Capital Investido	<u>Capital t</u> Capital t-1
1958	3,6	-1,0
1959	6,6	10,9
1960	9,7	29,0
1961	16,1	39,8
1962	9,1	21,1
1963	6,3	13,7
1964	10,3	6,4
1965	13,4	12,5

Fonte: Sourrouille (s/f)

BIBLIOGRAFIA

- ADEFA: Indústria Automotriz Argentina. Vários números.
- Altimir, Oscar: La participación reciente de la inversión extranjera directa en el crecimiento de la economía argentina. BID, 1969.
- Altimir, Santamaría y Sourrouille: Los instrumentos de promoción industrial en la postguerra. Revista Desarrollo Económico (IDES), vários números.
- B.C.R.A.: Sistema de Cuentas del Producto e Ingreso de la Argentina (2 volumes), 1975.
- Bruno, Michael: Development Issues in a Changing World: New Lessons, Old Debates, Open Questions, in World Bank: Annual Conference of Development Economics, 1994.
- Cardoso de Mello, Joao Manuel: O capitalismo tardio. Editorial Brasiliense, Brasil, 1990 (8ª Edição).
- Carnota, Oscar y otros: Proceso al desarrollismo. Cuenca Ediciones, Argentina, 1974.
- CEPAL: Las Empresas Transnacionales en la Argentina, Santiago de Chile, 1986.
- Cimillo, Khavisse, Lifschitz y Piotrkowski: Un proceso de sustitución de importaciones con inversiones extranjeras: el caso argentino (1972), in: Secretaría de Planeamiento y Acción de Gobierno - Subsecretaría de Desarrollo: El Desarrollo Industrial en la Argentina: Sustitución de Importaciones, Concentración Económica y Capital Extranjero (1950-1970). Buenos Aires, (s/d).

- Cimillo, E., Lifschitz, E., Gastiazoro, E., Ciafardini, H. y Turkieh, M.: Acumulación y centralización del capital en la industria argentina. Editorial Tiempo Contemporáneo, Buenos Aires, 1973.
- CONADE: Plan Nacional de Desarrollo 1965-1969, Buenos Aires, 1965.
- Consejo Técnico de Inversiones S.A.: La economía argentina 1963. Buenos Aires.
- Coutinho, Luciano G. e Belluzzo, L. G. de M.: Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929 - 1974, in Desenvolvimento capitalista no Brasil. Editora Brasiliense S.A., Brasil, 1982, Volume 1.
- Cúneo, Dardo: Comportamiento y Crisis de la clase empresaria. Centro Editor de A. Latina, Argentina, 1984.
- De Pablo, Juan C.: La economía que yo hice. Ediciones El Cronista Comercial, Argentina, 1986 (3ª Edição).
- Díaz Alejandro, C. F.: Ensayos sobre la historia económica argentina. Amorrortu Editores, 1983 (1ª reimpressão).
- Díaz, Fanor: Conversaciones con Rogelio Frigerio. Hachette, Buenos Aires, 1977.
- Dirección Nacional de Estadística y Censos: Boletín de Estadística, varios números.
- Di Tella, Guido y Zymelman, Manuel: Las etapas del desarrollo económico argentino. Eudeba, Buenos Aires, 1967.
- Dorfman, Adolfo: Cincuenta años de industrialización en la Argentina 1930-1980. Ediciones Solar, Buenos Aires, 1983.
- Feldman E. y Sommer J.: Crisis financiera y endeudamiento externo en la Argentina. Editorial Ceal, Argentina, 1986.

- Ferrer, Aldo: La economía argentina. F.C.E., Argentina, 1969 (2ª reimpresão).
- FIDE: Revista Coyuntura y Desarrollo, vários números.
- F.I.E.L.: Las inversiones extranjeras en la Argentina. Buenos Aires, 1971.
- Frigerio, Rogelio: Las condiciones de la victoria. A. Monteverde, Uruguay, 1963 (4ª Edición).
- Frigerio, Rogelio: La integración regional, instrumento de los monopolios. Ediciones Crisol, Buenos Aires, 1976 (2da. Edición).
- Frigerio, Rogelio: Crecimiento económico y democracia. Paidós, Argentina, 1983.
- Frondizi, Arturo: El movimiento nacional - Fundamentos de su estrategia. Losada, Buenos Aires, 1975.
- Frondizi, Arturo: Qué es el Movimiento de Integración y Desarrollo. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1983.
- Fundación Banco de Boston: Argentina: evolución económica 1915-1976. s/d.
- Gonzalez Alberdi, Paulino: Porqué está en crisis la economía argentina. Editorial Anteo, Buenos Aires, 1949.
- Itzcovich, Samuel: Análisis de la estructura financiera argentina, 1955-1965. Revista Desarrollo Económico (IDES), volume 8, nº 32, Enero-Marzo 1969.
- Katz, J. y Kosacoff, B.: El proceso de industrialización en la Argentina: Evolución, retroceso y prospectiva. CEAL-CEPAL, Buenos Aires, 1989.
- Kosacoff, B. y Aspíazu, D.: La industria argentina: desarrollo y cambios estructurales. CEAL-CEPAL, Buenos Aires, 1989.

- Krugman, Paul: Toward a Counter-Counterrevolution in Development Theory, in World Bank: Annual Conference of Development Economics, 1992.
- Lessa, Carlos: 15 anos de política economica. Editorial Brasiliense, 1981 (2ª edição).
- Lessa, C. e Dain, Sulamis: Capitalismo Asociado: Algumas Referencias para o Tema Estado e Desenvolvimento, in: Desenvolvimento capitalista no Brasil. Editora Brasiliense S.A., Brasil, 1982, Volume 1.
- Mallon R. y Sourrouille, J.: La política económica en una sociedad conflictiva. El caso Argentino. Amorrortu Editores, 1973.
- Martorell, Guillermo: Las Inversiones Extranjeras en la Argentina. Editorial Galerna, 1969.
- Nosiglia, Julio E.: El Desarrollismo, CEAL, Buenos Aires, 1983.
- Oficina de Estudios para la Colaboración Económica Internacional (O.E.C.E.I.): Argentina, Síntesis Económica y Financiera, Buenos Aires, 1966.
- Oliveira, Francisco de: A economia Brasileira: Crítica a razão dualista. Editora Vozes Ltda, Brasil, 1981 (4ª Edição).
- Remes Lenicov, Jorge. L.: Algunos resultados de la política desarrollista (1958-64): El caso de la industria automotriz, in Económica, Año XIX - Nro.3, Septiembre - pág. 293 - 329, La Plata, Dezembro 1973.
- Schroeder, Norberto: Radicación de capitales extranjeros. La experiencia argentina 1954-1972, en Económica Año XXII - Nro 1, La Plata, Argentina, Janeiro-Abril 1976, pags.99-117.
- Skupch, Pedro: Concentración industrial en la Argentina, 1956-1966. Revista Desarrollo Económico (IDES), volume 11, nº 41, Abril-Junho 1971.

- Sourrouille, J. y Lucángeli, J.: Apuntes sobre la historia reciente de la industria argentina, in Boletín Informativo, Organización Techint, Nro. 217/219, 1980.
- Sourrouille, J.: El impacto de las empresas trasnacionales sobre el empleo y los ingresos: el caso de Argentina. OIT, Buenos Aires (s/d).
- Stiglitz, Joseph: Comment, en World Bank: Annual Conference of Development Economics, 1992.
- Tavares, María Conceicao: Problemas de Industrialización avanzada en capitalismo tardíos y periféricos; in: Enfoques, s.d.
- Teixeira, Aloisio: O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pos-Guerra. Univ. Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, Texto para discussão, nº 25, 1983.
- Vilas, Carlos Maria: La dominación imperialista en Argentina. Eudeba, 1974.